



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



RESOLUÇÃO Nº 621-CD/UFMS, DE 27 DE AGOSTO DE 2025. (\*)

**O CONSELHO DIRETOR** da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 400-Coun, de 21 de março de 2025, e considerando o contido no Processo nº 23104.016380/2022-55, resolve:

Aprovar o Plano de Continuidade de Negócios 2025-2030, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso Sul, na forma do Anexo a esta Resolução.

CAMILA CELESTE BRANDÃO FERREIRA ÍTAVO,  
Presidente.

(\*) Republicada por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição nº 8.628 do Boletim Oficial da UFMS, em 11/09/2025.

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

UFMS  
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo, Presidente de Conselho**, em 08/10/2025, às 22:53, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5959106** e o código CRC **70CFACAB**.

### CONSELHO DIRETOR

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67) 3345-7041

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.000025/2025-15

SEI nº 5959106



10/10/2025  
Nº 8649  
P. 1/10



# Plano de Continuidade de Negócios 2025–2030

---

Plano de Gestão Temático - PGT

APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 621-CD/UFMS, DE 27 DE AGOSTO DE 2025



#### UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Reitoria

**Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo**

Vice-Reitoria

**Albert Schiaveto de Souza**

Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura

**Hercules da Costa Sandim**

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

**Albert Schiaveto de Souza**

Pró-Reitoria de Cidadania e Sustentabilidade

**Vivina Dias Sol Queiroz**

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte

**Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques**

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

**Gislene Walter da Silva**

Pró-Reitoria de Graduação

**Cristiano Costa Argemon Vieira**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

**Fabrcício de Oliveira Frazilio**

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

**Dulce Maria Tristão**

Agência de Comunicação Social e Científica

**Rose Mara Pinheiro**

Agência de Educação Digital e a Distância

**Daiani Damm Tonetto Riedner**

Agência de Inovação

**Saulo Gomes Moreira**

Agência de Internacionalização

**Gustavo Santiago Torrecilha Cancio**

Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação

**Anderson Viçoso de Araujo**

Diretoria de Avaliação Institucional

**Heloísa Laura Queiroz Gonçalves da Costa**

Diretoria de Gabinete da Reitoria

**Vanessa Teodoro**

Diretoria de Governança Institucional

**Henrique Mongelli**

#### UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

Escola de Administração e Negócios

**Cláudio Cesar da Silva**

Faculdade de Artes, Letras e Comunicação

**Gustavo Rodrigues Penha**

Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição

**Luciana Miyagusku**

Faculdade de Ciências Humanas

**Cleverson Rodrigues da Silva**

Faculdade de Computação

**Liana Duenha Dessandre Garanhani**

Faculdade de Direito

**Fernando Lopes Nogueira**

Faculdade de Educação

**Milene Bartolomei Silva**

Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia

**Fabio Verissimo Gonçalves**

Faculdade de Medicina

**Marcelo Luiz Brandão Vilela**

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

**Carlos Alberto do Nascimento Ramos**

Faculdade de Odontologia

**Fabio Nakao Arashiro**

Instituto de Biociências

**Carla Cardozo Pinto de Arruda**

Instituto de Física

**Dorotéia de Fátima Bozano**

Instituto Integrado de Saúde

**Nathan Aratani**

Instituto de Matemática

**Bruno Dias Amaro**

Instituto de Química

**Carlos Eduardo Domingues Nazario**

Câmpus de Aquidauana

**Ana Grazielle Lourenço Toledo**

Câmpus de Chapadão do Sul

**Wallace da Silva de Almeida**

Câmpus de Coxim

**Silvana Aparecida da Silva Zanchett**

Câmpus de Naviraí

**Marco Antonio Costa da Silva**

Câmpus de Nova Andradina

**Paulo Cesar Schotten**

Câmpus de Paranaíba

**Andréia Cristina Ribeiro**

Câmpus de Ponta Porã

**Leonardo Souza Silva**

Câmpus do Pantanal

**Andreliza Cristina de Souza**

Câmpus de Três Lagoas

**Larissa da Silva Barcelos**

#### UNIDADE SUPLEMENTAR

Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian

(Humap/Ebserh)

**Andréia de Siqueira Campos Lindenberg**



## SUMÁRIO

<b>1. Identificação do Plano e Período de Execução/Vigência</b>	<b>4</b>
<b>2. Comitê de Governança Vinculado</b>	<b>4</b>
<b>3. Unidade Gestora do Plano</b>	<b>4</b>
<b>4. Análise de Conjuntura</b>	<b>4</b>
<b>5. Referenciais</b>	<b>6</b>
<b>6. Métodos</b>	<b>7</b>
<b>7. Alinhamento aos Objetivos do PDI-PPI/UFMS 2025-2030</b>	<b>8</b>
<b>8. Objetivos do Plano</b>	<b>8</b>
<b>9. Análise de Impacto nos Negócios</b>	<b>9</b>
<b>10. Indicadores</b>	<b>10</b>
<b>11. Eixo Tecnologia da Informação e Comunicação</b>	<b>12</b>
11.1. Papéis e Responsabilidades	13
11.2. Análise de Impacto	15
11.3. Principais Ameaças - Identificação de Riscos	17
11.4. Estratégias de Continuidade	18
11.5. Ações de Continuidade Operacional	20
11.6. Ações de Gerenciamento de Crises	22
11.7. Ações de Recuperação de Desastres	23
11.8. Ações de Testes e Verificação	25
<b>12. Eixo Serviços: Energia e Água</b>	<b>25</b>
12.1. Papéis e Responsabilidades	26
12.2. Análise de Impacto dos Riscos	27
12.3. Principais Ameaças - Identificação de Riscos	28
12.4. Estratégias de Continuidade	28
12.5. Energia	29
12.6. Abastecimento de Água	31
<b>13. Eixo Infraestrutura</b>	<b>33</b>
13.1. Papéis e Responsabilidades	34
13.2. Análise de Impacto dos Riscos	34
13.3. Principais Ameaças - Identificação de Riscos	35
13.4. Estratégias de Continuidade	36
13.5. Ações de Continuidade Operacional	38
13.6. Ações de Gerenciamento de Crises	38
13.7. Ações de Recuperação de Desastres	38
<b>14. Eixo Pessoas</b>	<b>39</b>
14.1. Papéis e Responsabilidades	39
14.2. Análise de Impacto dos Riscos	41
14.3. Principais Ameaças - Identificação de Riscos	42
14.4. Estratégias de Continuidade	43
14.5. Ações de Continuidade Operacional	44
14.6. Ações de Gerenciamento de Crises	45
14.7. Ações de Recuperação de Desastres	45
<b>15. Referências</b>	<b>46</b>
<b>Anexos</b>	<b>47</b>
Ocorrências nos Câmpus	47
Informações e Telefones	48

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO E PERÍODO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA

Plano de Continuidade de Negócios / 2025-2030.

## 2. COMITÊ DE GOVERNANÇA VINCULADO

Comitê de Governança Institucional – (CGI).

## 3. UNIDADE GESTORA DO PLANO

Considerando a natureza do Plano, as áreas de abrangências, as competências e os responsáveis estão designados em capítulos específicos conforme natureza. Cada um dos eixos deverá ter uma Unidade Gestora vinculada:

- Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Serviços essenciais: Energia e Água;
- Infraestrutura;
- Pessoas.

## 4. ANÁLISE DE CONJUNTURA

As Instituições de Ensino estão vulneráveis a diversos desastres e ataques, como inundações, incêndios, deslizamentos de terra, invasões de *hackers*, ataques criminosos, panes em sistemas computacionais, epidemias, pandemias e greves, entre outras situações que podem impactar parcial ou totalmente a missão institucional.

Em momentos críticos, é essencial que exista um Planejamento Estratégico Institucional capaz de traçar diretrizes para garantir a continuidade das atividades e o retorno à normalidade no menor tempo possível.

No âmbito da administração pública federal, a continuidade de negócios refere-se à manutenção da prestação de serviços públicos, assegurando o bem-estar social durante e após crises.

Nas Instituições de Ensino Superior, a descontinuidade das atividades finalísticas pode acarretar grandes prejuízos a um direito fundamental garantido constitucionalmente a Educação, além de gerar impactos diretos para a população e comprometer o desenvolvimento competitivo dos municípios, dos estados e do país.

O Manual do Tribunal de Contas da União define o Plano de Continuidade de Negócios – PCN, como um conjunto de estratégias e procedimentos a serem adotados quando uma

instituição ou uma de suas áreas enfrenta problemas que comprometem o andamento normal dos processos e a prestação dos serviços. Essas estratégias e procedimentos devem minimizar os impactos de situações inesperadas, como desastres e falhas de segurança, até que a normalidade seja restabelecida.

O Plano de Continuidade de Negócios é considerado um aprimoramento da gestão de riscos e de segurança, estabelecendo fundamentos estratégicos e operacionais para desenvolver a resiliência organizacional diante de eventos que causem rupturas, interrupções ou perdas na capacidade de fornecer produtos e serviços e executar seu planejamento. A gestão de riscos tem sido amplamente utilizada na área de segurança para lidar com incidentes e problemas de diversas proporções.

Enquanto a gestão de riscos busca identificar, quantificar e priorizar os riscos que afetam produtos e serviços essenciais para a organização, o Plano tem como objetivo definir o que é necessário para que a instituição continue cumprindo sua missão e obrigações mesmo diante de crises. Dessa forma, contribui para minimizar os impactos das crises e garantir a continuidade operacional por meio de um processo estruturado de gerenciamento de crises.

De maneira intuitiva, a UFMS, quando do início da pandemia da Covid-19, tornou-se uma das três universidades federais do país, de um total de 69 instituições, que não paralisaram suas atividades acadêmicas e administrativas, uma decisão ousada baseada em governança e adoção imediata de um plano de contingência que atuou no gerenciamento da crise e na formulação de inúmeras orientações, ações de apoio e desenvolvimento para superação e continuidade do serviço público primordial, que é a educação. Neste documento, a partir da experiência e maturidade institucional, apresentamos o PCN da UFMS.

A UFMS, investindo fortemente no processo de gestão e governança, têm editado Políticas e Planos para situações de prevenção a crises e continuidade de seu pleno funcionamento. Para prevenção de situações de crise foram editadas políticas voltadas para segurança da tecnologia da Informação, comunicação, prevenção de desastres, combate à fraude e corrupção e biossegurança.

Em 2022, a UFMS publicou a Resolução nº 265-CD/UFMS, de 23 de maio de 2022, aprovando o Plano de Continuidade de Negócios 2022 – 2024.

Em 2024, publicou a Resolução nº 354-Coun/UFMS, de 22 de agosto de 2024, que dispõe sobre as normas para a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional no âmbito da UFMS, composto pelo compêndio dos documentos norteadores: I - Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional – PDI-PPI; II - Plano de Desenvolvimento das Unidades – PDU da Administração Central UAC e da Administração Setorial – UAS; III - Planos de Gestão Temáticos – PGTs; e IV - Plano de Gestão Anual – PGA.

Os Planos de Gestão Temáticos – PGTs, têm como objetivo traduzir políticas institucionais e normativas federais em ações específicas e organizadas, visando alcançar os objetivos definidos, por meio de estratégias, recursos, prazos, metas e indicadores, buscando implementar as diretrizes constantes para a temática.

Em 2025, publicada a Resolução nº 400-Coun/UFMS, de 21 de março de 2025, atualizando o sistema que dispõe sobre o Sistema de Governança Institucional da UFMS e as políticas de governança institucional visando orientar a tomada de decisões, promover a transparência, minimizar conflitos de interesse, aprimorar a gestão de riscos e criar um ambiente propício para o crescimento sustentável e a longo prazo da organização.

A Política de Continuidade de Negócios – PCN é definida no Sistema de Governança como processo para minimizar os impactos danosos sobre a UFMS e reduzir eventuais perdas de ativos tangíveis e intangíveis a um nível aceitável, por meio da combinação de ações de prevenção e recuperação, buscando garantir a segurança das pessoas, dos processos de negócio, das informações, dos materiais e das instalações da UFMS.

A construção do Plano de Continuidade de Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul baseia-se no disposto no Sistema de Governança Institucional e na Política de Continuidade de Negócios, e deve estar acessível a todos os servidores e colaboradores da instituição.

## 5. REFERENCIAIS

A importância do processo de continuidade de negócios, para se preparar e reduzir os efeitos de possíveis incidentes que tenham o potencial de interromper as atividades da organização é tratado no documento identificado como “Referencial básico de governança organizacional, para organizações públicas”; Capítulo 5. Práticas de Governança, (3ª edição, 2020) publicado pelo Tribunal de Contas da União

[...] implementar um processo de gestão de continuidade de negócios, para se preparar e reduzir os efeitos de possíveis incidentes que tenham o potencial de interromper as atividades da organização, sejam provocados pelo homem (p.ex.: ataques terroristas) ou naturais (p.ex.: incêndios, inundações, terremotos, furacões e pandemias) (IIA, 2008). A ABNT (2020) orienta que a liderança aprove e comunique às partes interessadas uma política de continuidade do negócios apropriada à finalidade da organização, e atribua as responsabilidades pela gestão de continuidade de negócio na organização. A organização utiliza os resultados do processo de avaliação de riscos para definir a estratégia de proteção e recuperação das suas atividades prioritárias em caso de desastres (ABNT, 2020). A estratégia deve ser desdobrada em planos de continuidade que estabeleçam procedimentos e responsáveis, e que sejam testados. O IIA (2008) ressalta que a conscientização e o treinamento são fundamentais para o sucesso da execução dos planos de continuidade de negócios quando ocorrem os desastres.

Resolução nº 400-Coun/UFMS, de 21 de março de 2025 que aprova a Política de Gestão de Continuidade de Negócios – PGCN.

### **São diretrizes da Política de Gestão de Continuidade de Negócios:**

1. manutenção das atividades críticas da UFMS ou sua retomada em curto espaço de tempo e com o menor custo possível;
2. garantia do menor dano possível aos ativos e à imagem da UFMS;
3. definição dos responsáveis pela execução do Plano de Continuidade de Negócio;
4. identificação das ações a serem praticadas, indicando o momento apropriado e os responsáveis pela execução;
5. respeito a eventuais vítimas e preservação da sua integridade física e moral; e
6. comunicação de forma rápida, clara e confiável, realizada pelo responsável indicado no Plano de Continuidade de Negócio.

## **6. MÉTODOS**

A Política de Gestão de Continuidade de Negócio será implementada por meio do Plano de Continuidade de Negócios com procedimentos que permitam à UFMS responder adequadamente a um incidente, interrupção ou desastre com a recuperação de suas atividades, promovendo segurança institucional.

O Plano de Continuidade de Negócio deverá prever as responsabilidades, competências, gestores, contatos, tarefas e recursos necessários para assegurar que as atividades críticas da UFMS não sejam interrompidas.

O PCN deverá observar áreas críticas que podem causar interrupção imediata no funcionamento da UFMS: Tecnologia da Informação e Comunicação, serviços, infraestrutura e pessoas.

A elaboração e a implementação do Plano de Continuidade de Negócio da UFMS caberá às unidades competentes para cada eixo de atuação e o monitoramento caberá ao Comitê de Gestão de Integridade, Riscos, Controle, Transparência e Acesso à Informação (CGIRCI).

O PCN deverá ser estruturado em responsabilidades, competências, gestores, contatos, tarefas, ações para o retorno à normalidade e o ciclo de capacitações das equipes envolvidas e da comunidade.

O PCN deverá envolver os seguintes planos:

- Plano de Continuidade Operacional: restabelecer o funcionamento da instituição, no menor tempo;
- Plano de Gerenciamento de Crises: definição de responsabilidades das equipes para acionamento das ações no decorrer e após a crise; e
- Plano de Recuperação de Desastres: planejamento para após o incidente e controle da crise, as atividades sejam retomadas níveis satisfatórios.

## 7. ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS DO PDI-PPI/UFMS 2025–2030

O Plano de Continuidade de Negócios da UFMS para o período de 2025 a 2030 está alinhado aos Objetivos 3.3, 3.6, 3.8, 3.8, 4.1, 4.5, 4.6, 4.7 e 4.10 do Plano de Desenvolvimento Institucional, que pretende consolidar boas práticas de governança e gestão, alinhadas às melhores referências nacionais e internacionais, assegurando ética, integridade, gestão de riscos e governança digital.

## 8. OBJETIVOS DO PLANO

O plano tem como objetivo assegurar a manutenção das atividades críticas da Instituição frente a situações adversas que possam comprometer a infraestrutura, os serviços essenciais e a força de trabalho. Sua elaboração está fundamentada nos princípios de resiliência institucional, gestão de riscos e continuidade das operações, mesmo diante de desastres, falhas sistêmicas ou crises inesperadas.

Este documento define estratégias, responsabilidades e procedimentos a serem seguidos para minimizar impactos e restaurar os serviços essenciais no menor tempo possível.

São objetivos da Política de Gestão de Continuidade de Negócios:

1. estabelecer, implementar, manter e aprimorar a gestão de continuidade de negócios da UFMS;
2. definir as diretrizes da gestão de continuidade de negócios;
3. estabelecer as responsabilidades relacionados à gestão de continuidade de negócios;
4. definir o Plano de Continuidade de Negócios – PCN; e
5. definir, implementar e manter um processo formal e documentado para a Análise de Impacto nos Negócios (*Business Impact Analysis – BIA*).

Id.	Objetivo	Unidade Responsável	Vinculação com o PDI
Obj. 1	Garantir infraestrutura adequada	Proadi	3.3
Obj. 2	Assegurar condições adequadas de trabalho e estudo	Proadi	3.6
Obj. 3	Capacitar os servidores sobre gestão de riscos	Progep	3.8 3.9
Obj. 4	Implantar melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos	Proplan	4.1
Obj. 5	Capacitar servidores para uso de tecnologias	Agetic Agecom Progep	4.5
Obj. 6	Garantir segurança às ações de armazenamento, processamento às iniciativas digitais	Agetic	4.6 4.7
Obj. 7	Garantir infraestrutura adequada	Proadi	3.3

## 9. ANÁLISE DE IMPACTO NOS NEGÓCIOS

A UFMS é uma entidade de ensino superior que observa o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O negócio da UFMS é voltado para as entregas à sociedade de ciência e conhecimento, além da formação de profissionais que possam atuar no desenvolvimento do estado e do país.

A UFMS investe fortemente no processo de gestão e governança e possui políticas e planos de governança institucional para situações de prevenção a crises e continuidade de seu pleno funcionamento. Para prevenção de situações de crise foram editadas políticas voltadas para segurança vinculadas às áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, na Transformação Digital que permite o desenvolvimento de forma remota da maior parte das atividades, comunicação, prevenção de desastres, combate à fraude e corrupção e biossegurança.

A infraestrutura da UFMS, localizada em dez municípios, é constituída de prédios distribuídos na Cidade Universitária e nos nove Câmpus. Danos à infraestrutura e interrupção no fornecimento de serviços podem ser decorrentes de catástrofes provocadas pela natureza ou ações externas e internas que podem afetar de forma temporária e parcial, principalmente o fornecimento dos serviços de energia, água e internet.

Para o funcionamento da Instituição são identificados os serviços essenciais quando da ocorrência de eventos que causem interrupções significativas em parte, ou mesmo, em todos os seus processos de negócio, como perda de informações; vulnerabilidade à imagem, à reputação, danos financeiros e de conformidade.

O Plano de Continuidade de Negócios deverá contribuir para responder aos seguintes questionamentos:

- O que não pode parar na Universidade?
- Quais atividades são críticas?
- Como minimizar os impactos de interrupções nas atividades críticas?

Assim, na elaboração do PCN/UFMS identificou-se atividades críticas e processos que não podem ser interrompidos para o funcionamento da Universidade:

- Gestão de TIC;
- Gestão de serviços;
- Infraestrutura; e
- Gestão de pessoas.

Estas atividades críticas estão expostas a riscos que podem gerar a interrupção do funcionamento por tempo curto ou mais longo, de forma parcial ou global. Assim, é necessário que os gestores e a comunidade universitária conheçam os possíveis riscos e as formas de minimizar os impactos.

## 10. INDICADORES

Id.	Indicador de resultado	Metas							Unidade Responsável	Vinculação com a Cadeia de Valor
		Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
<b>Eixo 1 - Tecnologia da Informação e Comunicação</b>										
Ind. 1	Sistemas críticos com RTO/RPO atendidos	Percentual de sistemas críticos com RTO/RPO atendidos em incidentes	70%	75%	80%	85%	90%	90%	Agetic	Transformação Digital e Tecnologia da Informação
Ind. 2	Frequência de testes de continuidade	Frequência de testes de continuidade (PTV) executados conforme cronograma	1x	2x	3x	4x	4x	4x	Agetic	Transformação Digital e Tecnologia da Informação
Ind. 3	Recuperação de serviços críticos após incidentes	Tempo médio de recuperação de serviços críticos após incidentes (horas)	120h	90h	60h	48h	36h	36h	Agetic	Transformação Digital e Tecnologia da Informação
Ind. 4	Comunicação de incidentes críticos	Percentual de incidentes críticos com comunicação à comunidade dentro do prazo previsto no PGC	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Agetic Agecom	Transformação Digital e Tecnologia da Informação
Ind. 5	Serviços TIC com <i>backup</i> validado e restaurável	Percentual de serviços TIC com <i>backup</i> validado e restaurável	65%	70%	75%	80%	85%	90%	Agetic	Transformação Digital e Tecnologia da Informação

Id.	Indicador de resultado	Metas							Unidade Responsável	Vinculação com a Cadeia de Valor
		Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
<b>Eixo 2 - Serviços: Energia e Água</b>										
Ind. 6	Restabelecimento do fornecimento de energia em incidentes internos	Tempo médio de restabelecimento do fornecimento de energia em incidentes internos	2h	1h	30 min	30 min	30 min	30 min	Prefeitura Universitária (Proadi)	Gestão de Infraestrutura
Ind. 7	Restabelecimento do fornecimento de água em incidentes internos	Tempo médio de restabelecimento do fornecimento de água em incidentes internos	2h	1h	30 min	30 min	30 min	30 min	Prefeitura Universitária (Proadi)	Gestão de Infraestrutura

Id.	Indicador de resultado	Metas							Unidade Responsável	Vinculação com a Cadeia de Valor
		Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
<b>Eixo 2 – Serviços: Energia e Água</b>										
Ind. 8	Unidades críticas com gerador	Percentual de unidades críticas com gerador funcional testado anualmente	30%	50%	70%	80%	90%	100%	Prefeitura Universitária (Proadi)	Gestão de Infraestrutura
Ind. 9	Inspeções preventivas em sistemas de energia e água	Frequência de inspeções preventivas em sistemas de energia e água	Semestral	Bimestral	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal	Prefeitura Universitária (Proadi)	Gestão de Infraestrutura
Ind. 10	Equipes capacitadas em protocolos de contingência	Percentual de equipes capacitadas em protocolos de contingência	30%	80%	100%	100%	100%	100%	Proadi Progep	Gestão de Infraestrutura

Id.	Indicador de resultado	Metas							Unidade Responsável	Vinculação com a Cadeia de Valor
		Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
<b>Eixo 3 – Infraestrutura</b>										
Ind. 11	Execução do Plano de Manutenção Preventiva	Percentual de execução do Plano de Manutenção Preventiva	33%	66%	100%	33%	66%	100%	Prefeitura Universitária (Proadi)	Gestão de Infraestrutura
Ind. 12	Resposta a ocorrências críticas de infraestrutura	Tempo médio de resposta a ocorrências críticas de infraestrutura	2h	1h	30 min	30 min	30 min	30 min	Prefeitura Universitária (Proadi)	Gestão de Infraestrutura

Id.	Indicador de resultado	Metas							Unidade Responsável	Vinculação com a Cadeia de Valor
		Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
<b>Eixo 4 - Pessoas</b>										
Ind. 15	Capacitação de gestores em protocolos de crise	Percentual de gestores capacitados anualmente em protocolos de crise	15%	15%	15%	15%	15%	15%	Progep	Gestão de Pessoas
Ind. 16	Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas	Percentual de treinamentos previstos no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) realizados	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Progep	Gestão de Pessoas

Id.	Indicador de resultado	Descrição	Metas						Unidade Responsável	Vinculação com a Cadeia de Valor
			2025	2026	2027	2028	2029	2030		
<b>Eixo 4 - Pessoas</b>										
Ind. 17	Mobilização de equipes em crises	Tempo médio de acionamento e mobilização de equipes em crises	1h	1h	1h	1h	1h	1h	Progep Proadi	Gestão de Pessoas
Ind. 18	Plano de sucessão	Percentual de setores com plano de sucessão e mapeamento de competências críticas	15%	30%	45%	60%	80%	100%	Progep Proplan	Gestão de Pessoas

## 11. EIXO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Plano de Continuidade de Negócios de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCNTIC), define estratégias integradas para assegurar a disponibilidade ininterrupta dos serviços de TIC essenciais da UFMS, mesmo em situações de crise.

Seu objetivo principal é manter a operacionalidade dos processos críticos ligados às atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa da instituição, garantindo respostas ágeis a incidentes como falhas de infraestrutura, ataques cibernéticos ou desastres naturais.

<b>Gestão</b>	Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação – Agetic
<b>Comitê</b>	Comitê de Gestão Digital e Comunicação – CGDIC que é responsável pelas matérias relacionadas à área de Tecnologia da Informação e Comunicação. O CGDIC é formado por especialistas da área de TIC e define, estrategicamente, os assuntos relevantes ao desenvolvimento em TIC na UFMS, desenvolvendo ações de melhorias em todas as áreas relacionadas à tecnologia, comunicação e segurança digital, patrimonial e física dos servidores, estudantes e colaboradores da Universidade.
<b>Políticas, Planos e Normas</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); Plano de Dados Abertos da UFMS; Política de Segurança da Informação da UFMS (PSI); Política de Gestão de Impressão e Digitalização na UFMS; Política de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGATIC); Política de Backup e Recuperação de Dados Digitais; Política de Privacidade e Proteção de Dados; Normas para Uso dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Normas para votação eletrônica na UFMS (e-Votação); e Norma de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

O plano opera em três fases complementares: contingência (preparação preventiva para mitigar riscos), continuidade (manutenção mínima de serviços durante interrupções) e recuperação (restauração completa após a resolução da crise).

A ativação do PCNTIC ocorre após avaliação formal pelo Comitê de Gestão Digital e Comunicação (CGDIC). Esse comitê também é responsável por revisões anuais do documento ou após mudanças significativas na infraestrutura de TIC, garantindo alinhamento com normas governamentais. Exemplos de cenários que demandam acionamento incluem interrupções prolongadas de energia, vulnerabilidades em sistemas prioritários ou eventos que comprometam a segurança física ou lógica dos ativos de TIC.

## 11.1. Papéis e Responsabilidades

O **CGDIC** é responsável por aprovar o Plano de Continuidade de Negócios de TIC (PCNTIC) e seus planos de ação, além de avaliá-los e garantir sua eficácia. Ele decide sobre a implementação de estratégias e planos de ação, considerando a relação custo-benefício.

Também cabe ao Comitê desenvolver uma cultura de gestão de continuidade, definir as estratégias de comunicação em períodos de crise e aprovar o cronograma anual de testes.

A **Agetic** deve fornecer os recursos necessários para a implementação e manutenção do PCNTIC aprovado.

As diretorias **Diretorias de Infraestrutura Tecnológica (Dintec)** e **Engenharia de Software (Disoft)** da Agetic avaliam e validam os planos de ação de suas respectivas gerências, propondo ajustes quando necessário. Elas também definem diretrizes de segurança da informação, supervisionam a elaboração e os testes dos planos de ação, propõem melhorias e atuam como intermediárias entre a equipe técnica e as áreas afetadas. Além disso, garantem que as aplicações essenciais continuem funcionando durante crises.

A **Equipe de Desastre e Recuperação (EDR)**, composta por técnicos e analistas de TI, identifica riscos que podem comprometer a continuidade das atividades, sugere estratégias de mitigação, elabora e executa planos de ação e administra a contingência em caso de interrupção de serviços.

A **Secretaria de Serviços e Segurança da Informação (Sein)**, vinculada à Dintec, é responsável por fornecer a infraestrutura de TI para procedimentos essenciais durante crises. Ela implementa mecanismos de segurança, elabora estratégias de *backup* e recuperação de dados e analisa a quantidade e o tempo de recuperação de dados perdidos.

A **Proadi** garante que as salas de equipamentos de TI tenham climatização e energia elétrica adequadas. Em caso de necessidade de reparos que possam danificar estes equipamentos, a Proadi deve priorizar o atendimento.

A **Secretaria de Redes e Telecomunicações (Sert)**, também da Dintec, provê a infraestrutura de TI necessária em crises. Além disso, ela instala e mantém o sistema de proteção contra incêndios e garante que os sistemas de *nobreak* e geradores funcionem corretamente para estabilizar e manter a energia.



Unidade	Responsabilidade	Telefone	E-mail
Secretaria de Redes e Telecomunicações – Sert/Dintec/ Agetic	Planejamento, implantação, monitoramento e manutenção da Rede de Dados e Telecomunicações da UFMS	3345-7298	sert.agetic@ufms.br
Agência de Comunicação Social e Científica – Agecom	Planejamento, organização, coordenação, execução e veiculação das atividades inerentes à Comunicação Social de natureza institucional e científica	3345-7988	agecom@ufms.br
Prefeitura Universitária	Coordenação, análise, avaliação, orientação e execução das atividades relacionadas à aquisição de bens e serviços da UFMS, bem como da logística de guarda, distribuição e alienação de materiais e patrimônio	3345-7696	prefeiturauniversitaria.proadi@ufms.br

## 11.2. Análise de Impacto

A análise de impacto no negócio identifica os processos e serviços de TIC essenciais para a operação contínua da UFMS, garantindo que interrupções sejam tratadas com prioridade conforme seu impacto institucional.

O objetivo é quantificar o impacto de indisponibilidades em áreas como ensino, pesquisa e gestão administrativa. Esta avaliação deve considerar os processos organizacionais definidos como mais críticos para a UFMS. A tabela a seguir apresenta os processos organizacionais que serão tratados.

Serviço/Sistema	Área	Processo Organizacional	Criticidade <sup>1</sup>	RPO <sup>2</sup>	RTO <sup>3</sup>
SEI	UFMS	Gestão Processual Administrativa	Alta	6h	24h
Siscad/Diário Docente	Prograd Propp	Gestão Acadêmica	Alta	6h	4h
GLPI	UFMS	Suporte ao usuário	Médio	12h	24h
Sistema de Wi-Fi	UFMS	Acesso a rede	Médio	6h	24h
Site Institucional	UFMS	Comunicação por postagens	Baixo	6h	24h
Internet	UFMS	Todos	Alta	24h	24h
Sistemas de Autenticação	UFMS	Login em sistemas institucionais	Alta	12h	24h

Serviço/Sistema	Área	Processo Organizacional	Criticidade <sup>1</sup>	RPO <sup>2</sup>	RTO <sup>3</sup>
AVA UFMS	UFMS	Gestão Acadêmica EaD	Médio	12h	24h
Boletim de Serviço	UFMS	Publicação de atos administrativos	Médio	12h	24h
Serviço de e-mail e armazenamento (Google Workspace)	UFMS	Comunicação por mensagem	Médio	6h	24h
Serviço de Telefonia	UFMS	Comunicação por voz	Baixo	12h	24h
Serviço de Impressão	UFMS	Impressão administrativa e acadêmica	Baixo	12h	24h

<sup>1</sup>**Criticidade:** Alto, Médio, Baixo, Indefinido.

<sup>2</sup>**Recovery Point Objective (RPO):** O RPO define o tempo mínimo entre *backups* para mitigar perdas significativas.

<sup>3</sup>**Recovery Time Objective (RTO):** Indicador crítico que estabelece o prazo máximo tolerável para restabelecer serviços após um incidente. Inclui todas as etapas de recuperação, como testes, substituição de *hardware*, restauração de dados e validação operacional.

Adicionalmente, deve-se avaliar a interdependência entre os serviços de TIC responsáveis pela sustentação dos processos organizacionais, conforme se observa:

Prioridade	Serviço/Sistema	Criticidade <sup>1</sup>	Correlação
1	SEI	Alta	Internet Sistemas de Autenticação
2	Siscad/Diário Docente	Alta	Internet Sistemas de Autenticação
3	GLPI	Médio	Sistemas de Autenticação
4	Sistema de Wi-Fi	Médio	Sistemas de Autenticação
5	Site Institucional	Baixo	Internet Sistemas de Autenticação
6	Internet	Alta	Link de dados POP/RNP
7	Sistemas de autenticação	Alta	AD Keycloak
8	AVA UFMS	Médio	Internet Sistemas de Autenticação
9	Boletim de Serviço	Médio	Internet Sistemas de Autenticação
10	Serviço de e-mail e armazenamento (Google Workspace)	Médio	Internet
11	Serviço de Telefonia	Baixo	Servidor PABX Tronco SIP ou E1
12	Serviço de Impressão	Baixo	Sistemas de Autenticação

<sup>1</sup>**Criticidade:** Alto, Médio, Baixo, Indefinido.

### 11.3. Principais Ameaças – Identificação de Riscos

Este plano deve ser acionado quando da ocorrência de cenários de desastres que apresentam risco à continuidade dos serviços essenciais.

Risco	Causa	Consequência
Incêndio	Ações humanas; Curtos-circuitos; e Queimadas	Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados; e Dano físico nos equipamentos.
Interrupção de energia elétrica	Falha no sistema de distribuição de energia por parte do provedor do serviço; Curtos-circuitos; Falha humana; e Defeito em algum dos componentes do circuito elétrico (disjuntores, fusíveis, etc.)	Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados; e Dano físico nos equipamentos
Presença de água e/ou umidade nas salas de equipamento	Entupimento ou vazamento no sistema hidráulico do ambiente próximo às salas de equipamentos ocasionando infiltrações; Entupimento no sistema de drenagem dos aparelhos de ar-condicionado; e Alagamentos causados por fortes chuvas	Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados; e Dano físico nos equipamentos
Desastres naturais	Chuvas; Vendavais; Tempestades Atmosféricas; Alagamentos; e Raios	Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados; e Dano físico nos equipamentos
Climatização inadequada da sala de equipamentos	Sistema de refrigeração defeituoso ou mal dimensionado	Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados; e Dano físico nos equipamentos
Indisponibilidade do serviço de internet devido a falhas internas	Falha nos equipamentos de rede (roteadores, <i>switches</i> , <i>firewalls</i> ); Configuração incorreta dos equipamentos de rede; e Rompimento no cabeamento existente	Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados
Falha ou indisponibilidade no sistema de wifi	Falha nos equipamentos de rede (roteadores, <i>switches</i> , <i>firewalls</i> ); Configuração incorreta dos equipamentos de rede; e Rompimento no cabeamento existente	Dificuldade no acesso a internet da comunidade acadêmica da UFMS
Indisponibilidade dos recursos de segurança (antivírus, <i>firewall</i> , etc.)	Falta de recursos financeiros para aquisição de equipamentos; e Falha no planejamento para a contratação de recursos de segurança	Roubo ou perda de informações; e Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados
Falha nos componentes de <i>hardware</i> do datacenter	Queima de componentes eletrônicos dos equipamentos	Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados; e Dano físico nos equipamentos
Falha no mecanismo de restauração de <i>backups</i>	Erros de comunicação na rede; Quedas ou oscilações de energia; e Falhas na execução dos Jobs de backup	Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados; e Perda de informação

Risco	Causa	Consequência
Sistemas Operacionais defasados	Falta de recursos financeiros para aquisição de novas licenças; Falha no planejamento para a aquisição de novas licenças; e Evolução tecnológica incompatível com processos de aquisição de instituições públicas	Falha na disponibilidade de sistemas e recursos decorrente de incompatibilidade tecnológica
Indisponibilidade do sistema de CFTV	Falha ou defeito nos dispositivos que compõem a solução	Maior incidência de roubos e furtos
Ataques cibernéticos	Falha humana relacionada a configuração das regras de segurança dos <i>firewalls</i> e antivírus; Falta de atualização dos antivírus instalados nos <i>endpoints</i> devido problemas de conexão com o servidor; Ausência de sistema de monitoramento de vulnerabilidades; Manutenção de sistemas operacionais desatualizados ligados a rede de dados; Vulnerabilidades ou erros de configuração em equipamentos, serviços e sistemas operacionais; Falta de sistema de monitoramento de vulnerabilidades; e Falta de treinamento dos colaboradores em conscientização sobre segurança cibernética	Roubo ou perda de informações; Vazamento de informações críticas da UFMS e/ou seus colaboradores; Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados; e Comprometimento da imagem institucional
Ataques Internos	Manutenção das credenciais de acessos de colaboradores, após transferência compulsória de setor ou exoneração; Roubo ou furto de equipamentos decorrente de acesso indevido; e Atos de vandalismo	Roubo ou perda de informações; Vazamento de informações críticas da UFMS e/ou seus colaboradores; Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados; e Comprometimento da imagem institucional
Ausência de profissionais capacitados na área de segurança de Tecnologia da Informação	Ausência de capacitação de colaboradores	Roubo ou perda de informações decorrente da existência de recursos de proteção mal configurados; e Indisponibilidade de recursos e serviços informatizados

## 11.4. Estratégias de Continuidade

A Agetic deve implementar estratégias de continuidade operacional que assegurem a restauração integral ou parcial dos serviços de TIC, contemplando as seguintes alternativas:

- **Warm site:** Consiste na geração de *backups* atualizados dos sistemas prioritários, armazenados em local alternativo, que pode ser uma unidade secundária da UFMS ou terceirizado por meio de Infraestrutura como Serviço (IaaS), como AWS, Azure ou outra nuvem; e
- **Mirrored site:** Envolve a criação de uma réplica funcional da infraestrutura de TIC (*links* de internet, servidores, *firewalls*, *storage* etc.), com sincronização contínua em

tempo real ou intervalos programados. Em caso de interrupção, o ambiente espelhado assume automaticamente as operações. Após a normalização, a sincronização é restabelecida para garantir compatibilidade entre os ambientes. Por exigir a duplicação completa da infraestrutura, essa abordagem demanda investimentos significativos e suporte técnico especializado, sendo recomendada para sistemas críticos cuja análise de impacto justifique economicamente sua implantação.

Além das estratégias mencionadas a Agetic deverá observar as seguintes práticas:

- **Segurança geográfica:** Manter separação mínima de 800m entre a infraestrutura principal e a de contingência para mitigar riscos localizados;
- **Proteção contra ameaças:** Configurar ambientes de *backup* sem balanceamento de carga entre *sites*, reduzindo riscos de ataques cibernéticos transversais;
- **Validação contínua:** Conduzir avaliações periódicas de eficácia dos serviços de TIC, incluindo simulações de indisponibilidade;
- **Modernização tecnológica:** Garantir atualizações regulares de *hardware* e *software* conforme ciclos pré-definidos; e
- **Segurança replicada:** Assegurar a réplica integral das políticas de segurança (lógicas e físicas) no site de contingência, como controle de acesso, criptografia e monitoramento.

Para assegurar a eficácia dos procedimentos estabelecidos, é obrigatória a execução de testes planejados, realizados com frequência mínima anual a partir da implementação do plano. Caberá à Agetic a coordenação dessas atividades, incluindo a definição dos cenários a serem avaliados e a estruturação dos critérios de validação.

Ao final dos testes, deverá ser emitido relatório formal apresentando os resultados obtidos, sugestões de implementação de melhorias nos procedimentos e na adoção de novas tecnologias disponíveis, quando necessário. A Agetic será a responsável pela elaboração e encaminhamento do relatório para ciência do CGDIC, que, com base nessa documentação, poderá emitir pareceres sobre a necessidade de revisão deste plano.

O plano de gestão de continuidade de serviços de TIC deverá ser administrado, avaliado, acionado e encerrado no âmbito da Agetic. A ativação do PCNTIC deverá ocorrer quando da ocorrência de algum dos cenários de desastres, testes ou caso uma vulnerabilidade tenha grande possibilidade de ser explorada.

O encerramento da execução do PCNTIC poderá ocorrer após a execução dos planos de ação que garantirão a continuidade dos Serviços de TIC.

Após o encerramento deste plano a Agetic deverá guardar informações históricas para futuras análises.

## 11.5. Ações de Continuidade Operacional

O Plano de Continuidade Operacional (PCO) tem como objetivo garantir a operação mínima de serviços essenciais de TIC durante um desastre, utilizando ambientes alternativos para manter funcionalidades críticas.

Enquanto a infraestrutura principal é reparada, o PCO define procedimentos como ativação de servidores redundantes, redirecionamento de tráfego de rede e reconfiguração temporária de sistemas para mitigar impactos no ensino e na gestão administrativa. Este plano assegura que o tempo de recuperação (RTO) e a perda de dados aceitável (RPO) sejam respeitados, priorizando serviços vinculados à missão institucional da UFMS.

O Plano de Continuidade Operacional (PCO) visa assegurar a execução de ações predeterminadas para manter a operacionalidade dos serviços essenciais de TIC durante e após crises ou desastres, focando nas medidas de contingência estabelecidas na estratégia do PCNTIC.

São objetivos PCO:

- Garantir a continuidade dos principais sistemas e operações de TIC vinculadas às atividades institucionais prioritárias;
- Definir regras, controles e fluxos de trabalho substitutos para operação em cenários adversos; e
- Estabelecer formulários, *checklists* e modelos de relatório para registro e auditoria das ações de contingência.

Após a identificação de um incidente, crise ou desastre, a Sein/Dintec/Agetic, responsável pelas operações de rotina e gestão de *backups*, deverá analisar detalhadamente a dimensão do impacto, a extensão geográfica ou funcional do ocorrido e seus possíveis desdobramentos operacionais. Essa avaliação preliminar inclui a verificação de serviços afetados, riscos à segurança e dependências críticas entre sistemas.

Concluída a análise, a equipe técnica apresentará à Agetic um relatório contendo a avaliação de impacto, recomendações para ativação do plano e sugestões de priorização. Com a anuência do CGDIC, serão iniciadas formalmente as ações de contingência, que consistem na coordenação de prazos realistas para a implementação de ambientes alternativos e na orquestração das equipes envolvidas, assegurando que os serviços essenciais definidos neste plano sejam priorizados imediatamente.

Para aprimoramento dos processos e da gestão das possíveis situações de crise devem ser avaliadas e desenvolvidas tarefas de acompanhamento.

Ações	Responsável
Receber informações sobre as situações ocorridas Buscar soluções para as situações de crise Definir e montar central de crises em local seguro	Diretor de Agetic
Relatar oficialmente ao Diretor de TIC as situações anormais ocorridas	Diretores de UAS e UACs

Ações	Responsável
Avaliar a extensão dos problemas ocorridos	Diretores da Agetic
Assessorar comunicados a comunidade universitária e comunidade externa e a mídia	Diretor Agecom
Manter serviços de energia elétrica no <i>Datacenter</i>	Prefeitura Universitária/Proadi
Manter o gerador de energia	Prefeitura Universitária/Proadi
Elaborar relatório das situações ocorridas e soluções	Equipe da Agetic
Elaborar o plano e divulgar para conhecimento das competências e das estratégias para o gerenciamento	Diretores da Agetic

Também devem ser desenvolvidas as seguintes ações pelas equipes técnicas da Agetic:

- mapear a dimensão da falha do serviço digital;
- avaliar os danos específicos de qualquer infraestrutura de TIC e realizar as primeiras operações de restabelecimento de serviços digitais;
- informar as equipes as ações de contingência;
- informar os servidores essenciais sobre a situação;
- recuperar ou substituir os componentes afetados;
- verificar status da aplicação de backup e estimar impacto de perda dados (janela);
- estimar volume de dados a serem recuperados, tempo de recuperação dos dados e possíveis perdas operacionais;
- atestar retorno do funcionamento do ambiente principal;
- testar aplicação de backup após desastre; e
- validar políticas de backup implementadas.

O plano será encerrado após a confirmação da estabilidade integral dos sistemas essenciais e, quando aplicável, do *Datacenter*, mediante validação técnica que ateste a normalidade operacional e a ausência de anomalias remanescentes.

Como etapa final, a equipe responsável elaborará um relatório oficial detalhando os motivos que levaram ao acionamento, as atividades executadas (incluindo tempo de recuperação, RTO, e perda de dados, RPO), os recursos utilizados e o cumprimento das métricas pré-definidas. Este documento será submetido ao CGDIC para validação formal, comunicação do status de estabilidade e eventual revisão de diretrizes. Adicionalmente, todos os dados históricos gerados durante a execução serão armazenados em repositório centralizado para garantir rastreabilidade e suporte a análises futuras, alinhadas às estratégias institucionais de melhoria contínua e prevenção de crises.

## 11.6. Ações de Gerenciamento de Crises

O Plano de Administração de Crises (PAC) atua como roteiro central para coordenação de pessoas, processos e comunicações durante uma crise, definindo papéis específicos para equipes técnicas, gestores e parceiros externos. Nele, são estabelecidos fluxos hierárquicos de comunicação e diretrizes para transparência institucional. O PAC também prevê a mobilização de recursos como sistemas de *backup*, energia de emergência e equipes de resposta rápida, visando conter danos e preservar a imagem pública da universidade.

O Plano de administração de crises define as ações a serem executadas em cenários de desastres, contemplando a gestão, mitigação e neutralização dos impactos operacionais e institucionais até a resolução da crise. Para este plano, entende-se por desastre um evento não previsto que cause perdas significativas à organização e comprometa sua capacidade de prover serviços críticos por período superior ao tempo de recuperação definido.

São objetivos:

- garantir fluxo claro de informações entre todos os envolvidos (antes, durante e após a crise);
- direcionar colaboradores sobre condutas prioritárias; e
- informar à sociedade e partes interessadas com esclarecimentos precisos e tempestivos.

Na ocorrência de um desastre será necessário entrar em contato com diversas áreas e, em especial, as mais afetadas, para informá-las de seu efeito na continuidade dos serviços e tempo estimado para recuperação. Nesse cenário, o CGDIC deverá atuar como uma interface entre a Agetic e áreas interessadas ou afetadas pela não continuidade de serviços de TIC, repassando as informações pertinentes.

Comunicar às autoridades. Deve-se comunicar às autoridades competentes em caso de desastre que envolva risco às pessoas, fornecendo informações de localização, natureza, magnitude e impacto do desastre.

Comunicar os setores responsáveis. Além da comunicação aos responsáveis, deverá informar também:

- natureza, impacto e abrangência da catástrofe;
- Ações de contingência em andamento; e
- processos / sistemas e serviços cobertos pelo plano de continuidade (serviços essenciais).

Para a administração de crises deverá ser utilizado como ferramenta eletrônica de monitoramento e controle do *e-mail* institucional de forma a documentar todas as ações realizadas. Além deste recurso poderão ser utilizados o sistema de informação Sistema Eletrônico de Informações – SEI e o *Site* Institucional.

Ações	Finalidade	Responsável
Segurança da informação	Proteção da informação de vários tipos de ameaças, mantendo a continuidade dos negócios, minimizando os danos e, conseqüentemente, maximizando o retorno dos investimentos e as oportunidades dos Serviços Digitais da UFMS	Agetic
Serviço de backup	Restauração das informações no menor tempo possível, principalmente quando houver indisponibilidade de serviços que dependam da operação de recuperação de dados digitais e são considerados críticos para a UFMS	Agetic
Sistema Eletrônico – SEI	Criação e a tramitação de todos processos digitais na UFMS	Agecom Agetic
Monitoramento do Datacenter	Monitoramento da disponibilidade dos serviços digitais Monitoramento da temperatura para evitar pane Monitoramento do fornecimento de energia elétrica	Agetic
Testes e simulações	Testes períodos de <i>backup</i> e <i>restore</i> dos dados Testes de funcionamento e abastecimento do gerador de energia do <i>Datacenter</i>	Agetic
Capacitação da área	Capacitação anual das equipes, ou a cada ciclo de novas ferramentas e ocorrência de situações de crise	Agetic
Capacitação dos servidores	Inclusão no plano de desenvolvimento de pessoas da obrigatoriedade de treinamento	Progep
Divulgação dos planos	Divulgação dos planos pela Agecom Divulgação no site da Agetic Divulgação da capacitação pela Progep	Agecom Agetic Progep

Uma vez validado o retorno das funções essenciais do sistema e sua total estabilidade, bem como a estabilidade do *datacenter*, se esse for o caso, a Agetic entrará em contato com o CGDIC que, por sua vez, informará a todos os envolvidos descritos neste plano, provendo as informações de retorno e o status dos serviços essenciais, devendo emitir um parecer relatando as atividades realizadas para restabelecimento dos serviços.

## 11.7. Ações de Recuperação de Desastres

O Plano de Recuperação de Desastres (PRD) é focado na restauração total da infraestrutura de TIC após a resolução da crise, reintegrando gradualmente serviços ao ambiente principal. Isso inclui tarefas como substituição de *hardware* danificado, reconfiguração de redes, validação de *backups* restaurados e sincronização de dados entre ambientes temporários e definitivos. O PRD também estabelece métricas pós-recuperação: auditorias para garantir conformidade com normas de segurança, testes de carga para evitar recorrências e monitoramento estendido durante o período de transição.

O Plano de Recuperação de Desastres (PDC) detalha as estratégias e procedimentos específicos para enfrentar cenários de interrupção crítica dos serviços de TIC, visando restabelecer operações normais após a resolução de crises. Seu propósito engloba a

avaliação técnica de danos a ativos (como servidores e conexões de rede do *datacenter*), a definição de fluxos de comunicação ágeis durante incidentes e a execução de ações de correção que garantam a funcionalidade adequada de recursos tecnológicos essenciais para a UFMS. Entre os objetivos operacionais estão:

- avaliar e recuperar danos físicos e lógicos aos componentes do datacenter, incluindo serviços, conexões e infraestrutura crítica;
- estabelecer processos claros para mobilização de equipes e comunicação durante situações emergenciais, visando coordenação efetiva entre áreas técnicas e institucionais;
- implementar soluções corretivas que eliminem falhas identificadas, restabelecendo serviços prioritários dentro de prazos máximos toleráveis (RTO);
- impedir efeitos em cascata, assegurando que incidentes secundários não comprometam operações na infraestrutura principal; e
- recuperar integralmente sistemas essenciais no ambiente original após a estabilização, validando conformidade e segurança.

Para cumprir essas metas, o plano incorpora inventários dinâmicos de ativos, contratos de resposta rápida com fornecedores e monitoramento contínuo das operações pós-recuperação, alinhado ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN) da instituição.

Para garantir o cumprimento adequado do plano, a Agetic executará as atividades de forma sequencial e integrada seguindo os seguintes passos:

- identificação e listagem de todos os ativos danificados da ocorrência do desastre;
- identificação das interrupções de conexões e acessos gerados após o desastre, informando se a abrangência está na rede local, WAN ou com o provedor de serviços;
- mapeamento de quais os serviços foram descontinuados, contendo as informações de perda de ativo e de conexão; e
- elaboração de um cronograma de recuperação das aplicações, levando em consideração as seguintes aplicações para recuperação:
  - substituição dos ativos e equipamentos;
  - reconfiguração de ativos e equipamentos; e
  - teste de ambiente.

O PDC será encerrado após a conclusão de todas as etapas de recuperação e validação técnica das operações restauradas. Como parte final, um parecer consolidado será emitido, detalhando:

- horário exato do restabelecimento de cada serviço, conforme métricas de RTO (Tempo Objetivo de Recuperação);
- equipamentos substituídos ou realocados, incluindo modelos e fornecedores envolvidos;
- procedimentos executados e eventuais desafios enfrentados; e
- lições aprendidas e recomendações para mitigação de riscos futuros.

Este documento será submetido ao CGDIC para análise e aprovação formal, servindo como base para atualizações no PCNTIC e reforçando a resiliência operacional da UFMS.

## 11.8. Ações de Testes e Verificação

O Plano de Testes e Verificação (PTV) estabelece procedimentos para validar a eficácia deste plano, garantindo que as estratégias de continuidade sejam funcionalmente robustas e alinhadas às necessidades da UFMS. Os testes serão formalmente registrados, identificando oportunidades de aprimoramento e demandando planos de ação específicos para correções ou adequações. A Agetic realizará quatro tipos principais de testes:

- **Teste de simulação:** conduzido logo após a conclusão do PCNTIC, envolve simulações teóricas ou práticas com todas as partes relevantes para validar o entendimento dos procedimentos, a integração entre equipes e a clareza das responsabilidades definidas;
- **Teste total:** executado periodicamente, abrange a recuperação completa de sistemas críticos, exigindo engajamento das áreas de negócio para validação da efetividade. Inclui etapas como restauração de *backups*, ativação de ambientes alternativos e verificação do cumprimento dos RTOs e RPOs;
- **Teste parcial:** realizado em intervalos menores, foca em componentes isolados ou serviços específicos, sem substituir a necessidade de testes integrais; e
- **Teste de cenário:** baseia-se em situações hipotéticas desafiadoras para avaliar a preparação da equipe e a resiliência dos sistemas. Cada cenário inclui metas mensuráveis, como tempo de resposta e taxa de sucesso na mitigação.

Ao final de cada ciclo, relatórios técnicos detalharam os resultados, destacando falhas identificadas, ações corretivas propostas e cronogramas de implementação. Esses documentos serão submetidos ao CGDIC para aprovação e integração ao plano revisado.

Para a realização dos testes e validação dos serviços de TI, a Agetic deverá configurar um ambiente de testes contendo, minimamente:

- virtualização de servidores;
- *link* de Internet; e
- principais serviços de TIC implantados.

## 12. EIXO SERVIÇOS: ENERGIA E ÁGUA

O PCN trata de situações críticas que podem impedir o funcionamento, ainda que parcial e temporário, de algumas unidades como: abastecimento de energia e abastecimento de água.

A seguir são apresentadas as Unidades, Responsabilidades e Contatos dos responsáveis pela prestação dos serviços na UFMS.

<b>Gestão</b>	Pró-reitoria de Administração e Infraestrutura – Proadi Prefeitura Universitária
<b>Comitê</b>	Comitê de Gestão de Espaços, Logística Sustentável, Acessibilidade e Segurança (CGelas)
<b>Políticas, Planos e Normas</b>	Plano Integrado de Segurança contra Incêndios; Plano de Acessibilidade; Programa de Manutenção da Infraestrutura; e Manual de Segurança em Laboratório

## 12.1. Papéis e Responsabilidades

O **Comitê de Gestão de Espaços, Logística Sustentável, Acessibilidade e Segurança (CGELAS)** é responsável por elaborar e monitorar o Plano Anual de Contratações (PAC) e o Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCTIC) da universidade. Além disso, propõe e avalia programas de eficiência energética e uso consciente da água. O comitê também sugere práticas de sustentabilidade para compras, contratos, uso de recursos, descarte de bens e elabora o Plano Diretor de Desenvolvimento dos Câmpus da UFMS.

A **Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (Proadi)** é o setor responsável por supervisionar, orientar e coordenar atividades administrativas relacionadas a materiais, suprimentos, patrimônio, contratos e convênios. Também é responsável por obras, reformas e manutenção de toda a infraestrutura da universidade, sempre com foco em sustentabilidade. A pró-reitoria controla serviços como água e esgoto, vigilância, energia elétrica, abastecimento de combustível, manutenção da frota de veículos, jardinagem e serviços de limpeza.

A **Prefeitura Universitária** da universidade gerencia de forma integrada o planejamento, a execução e a manutenção da infraestrutura física. Isso inclui a gestão da manutenção predial, como instalações elétricas, hidráulicas e de gás, garantindo o funcionamento e a eficiência energética. A Prefeitura Universitária também acompanha e gerencia projetos e licenças ambientais, além de ser responsável por elaborar planos de segurança contra incêndios e pânico.

A **Agência de Comunicação Social e Científica (Agecom)** planeja, organiza, coordena e executa as atividades de comunicação institucional e científica da UFMS. A agência produz e distribui materiais jornalísticos de interesse público, serve como intermediária entre a universidade e a imprensa e oferece assessoria de comunicação para as diversas unidades da instituição.

A tabela a seguir apresenta a lista de contatos dos principais atores envolvidos na solução do incidente ou desastre, na eventualidade de acionamento do plano de gestão de continuidade de serviços de energia e fornecimento de água. Estes contatos referem-se às áreas envolvidas na execução dos planos de ação que complementam o plano.

Unidade	Telefone	E-mail
Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura – Proadi	3345-7053	gab.proadi@ufms.br
Prefeitura Universitária	3345-7696	prefeitura.proadi@ufms.br
Agência de Comunicação Social e Científica – Agecom	3345-7988	agecom@ufms.br

## 12.2. Análise de Impacto dos Riscos

Para o funcionamento da Instituição são identificados os serviços essenciais quando da ocorrência de eventos que causem interrupções significativas em parte, ou mesmo, em todos os seus processos de negócio, como perda de informações; vulnerabilidade à imagem e à reputação; danos financeiros e de conformidade.

Os serviços de fornecimento de energia elétrica e água podem constituir ameaças e impactar o funcionamento da instituição e levar a paralisação de aulas, sistemas administrativos, laboratórios, servidores e redes, suspensão de atividades em sanitários, cozinhas, laboratórios, setores com alta demanda.

Risco	Impacto nas Operações	Impacto na Segurança	Impacto Financeiro
Interrupção do fornecimento de energia elétrica	Paralisação de aulas, sistemas administrativos, laboratórios, servidores e redes	Risco indireto (movimentação no escuro, falha de equipamentos de segurança)	Moderado a elevado (geradores, perdas de produtividade, danos a equipamentos)
Interrupção do fornecimento de água	Suspensão de atividades em sanitários, cozinhas, laboratórios, setores com alta demanda	Risco sanitário (especialmente em áreas de saúde, alimentação e grandes fluxos de pessoas)	Moderado (aluguel de banheiros químicos, fornecimento alternativo)
Variações ou picos de energia elétrica	Quedas frequentes de sistemas, indisponibilidade de serviços essenciais	Risco indireto (choques, aquecimentos anormais de cabos)	Elevado (substituição de equipamentos, estabilizadores, nobreaks)
Contaminação do reservatório de água	Interrupção imediata do uso da água em todas as dependências	Alto risco à saúde (doenças, surtos)	Elevado (higienização, análise de água, comunicação de emergência)
Pane em sistema de bombeamento/reservatório	Falta de água nos pontos de consumo interno, suspensão de funcionamento de setores	Baixo a médio (pode gerar situações de estresse ou condições insalubres temporárias)	Moderado (reparo técnico, reativação do sistema, uso de caminhões-pipa)
Incêndio causado por curto-circuito	Paralisação completa, evacuação de áreas, perda de infraestrutura	Alto (ameaça direta à vida e integridade física)	Elevadíssimo (perda patrimonial, resposta emergencial, seguros)
Racionamento prolongado de água	Necessidade de reorganizar horários, reduzir consumo, suspender atividades temporariamente	Baixo a médio, dependendo das estratégias alternativas (reuso, racionamento interno)	Moderado a elevado (infraestrutura de reuso, aquisição de água potável externa)

### 12.3. Principais Ameaças – Identificação de Riscos

Danos à infraestrutura e interrupção no fornecimento de serviços podem ser decorrentes de catástrofes provocadas pela natureza ou ações externas e internas que podem afetar de forma temporária e parcial, principalmente o fornecimento dos serviços de energia e água.

Os principais serviços que constituem ameaças ao funcionamento da instituição são a interrupção do fornecimento de energia elétrica e água.

Risco	Causa	Consequência
Interrupção do fornecimento de energia elétrica	Quedas da rede pública, manutenção programada, sobrecarga, intempéries (tempestades)	Paralisação de atividades presenciais, perda de dados, falha em equipamentos críticos
Interrupção do fornecimento de água	Problemas na rede pública, rompimento de tubulações, racionamento	Interrupção de sanitários e cozinhas, suspensão de aulas e atividades laboratoriais
Variações ou picos de energia elétrica	Oscilações na rede, instalações precárias, descargas atmosféricas	Danos a equipamentos eletrônicos, interrupções de sistemas, perda de produtividade
Contaminação do reservatório de água	Falta de manutenção, infiltrações, vandalismo, infestação por agentes biológicos	Risco à saúde, necessidade de suspensão do uso, custos com limpeza e análise laboratorial
Pane no sistema de bombeamento ou reservatórios	Falha técnica, falta de energia, desgaste de componentes	Falta de distribuição interna de água, interrupção de uso de banheiros e laboratórios
Incêndio causado por curto-circuito	Instalações elétricas sobrecarregadas ou antigas, ausência de manutenção preventiva	Danos físicos ao patrimônio, risco à vida, paralisação geral de operações
Racionamento prolongado	Crises hídricas, políticas públicas de contenção, estiagens	Redução da oferta de água, necessidade de replanejamento das atividades

### 12.4. Estratégias de Continuidade

A Proadi deve adotar estratégias para garantir o pleno funcionamento dos serviços da Instituição, por meio de adoção de planos e respectiva divulgação, capacitação dos servidores, entre outras ações.

Ações	Finalidade	Responsável
Plano Integrado de Segurança Contra Incêndios	Fornecer noções gerais para proteção da vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco na UFMS, em caso de incêndio; Dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio; Proporcionar noções sobre meios de controle e extinção do princípio ao incêndio; Dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros; e Manter a ordem e a continuidade dos serviços na Instituição	Proadi

Ações	Finalidade	Responsável
Instalação de gerador	Instalação de gerador em unidades cuja interrupção pode ter forte impacto nas atividades da Unidade ou Instituição, como Agetic, Biotério Clínicas e Hospital Veterinário e laboratórios específicos	Proadi
Capacitação da área	Capacitação anual das equipes, ou a cada ciclo de novas ferramentas e ocorrência de situações de crise	Proadi
Capacitação dos servidores	Inclusão no plano de desenvolvimento de pessoas da obrigatoriedade de treinamento	Progep
Divulgação dos planos	Divulgação dos planos pela Agecom Divulgação no <i>site</i> da Proadi Divulgação da capacitação pela Progep	Agecom Proadi Progep

Para melhor identificação dos riscos e procedimentos a serem adotados em cada situação, serão registrados de forma detalhada as ações referentes ao abastecimento de energia e de água.

## 12.5. Energia

O sistema de energia é fundamental para o funcionamento de qualquer empresa ou organização, independentemente do porte ou setor de atuação. Sua importância pode ser compreendida a partir de diferentes perspectivas: funcionamento da instituição, manutenção da infraestrutura Tecnológica segurança e controle, Qualidade do Ambiente de Trabalho, resultando no planejamento de Continuidade e Riscos.

O sistema de energia é estratégico dentro de uma Instituição. Sua boa gestão garante eficiência, segurança, produtividade e resiliência. Investir em sistemas de fornecimento confiáveis e planos de contingência é essencial para a sustentabilidade das operações, visto que: a energia elétrica alimenta todos os processos produtivos e administrativos, desde maquinários até computadores e servidores; e sistemas de segurança eletrônica, como câmeras de vigilância, alarmes e controle de acesso; o funcionamento de servidores, *datacenters*, redes de comunicação e sistemas de informação exige energia contínua e estável; iluminação, climatização e equipamentos de escritório impactam diretamente no bem-estar dos colaboradores e na produtividade.

A falta de energia pode paralisar as atividades, gerar interrupções em serviços essenciais e comprometer o desempenho organizacional. A interrupção de energia seja decorrente de ações externas ou internas podem impactar as atividades da Instituição. Quedas de energia podem causar perda de dados, falhas em sistemas e indisponibilidade de serviços digitais e falhas no sistema de energia podem gerar ambientes desconfortáveis, inseguros e improdutivos.

Assim são apresentadas ações para continuidade operacional, administração de desastres e crises e recuperação de desastres e crises para as situações decorrentes da interrupção de energia.

### 12.5.1. Ações de Continuidade Operacional

Nas situações de crise total ou parcial, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- mapear a dimensão da falha do sistema elétrico, se total ou parcial;
- avaliar os danos específicos de qualquer infraestrutura do sistema elétrico e realizar as primeiras operações de restabelecimento de energia;
- informar as equipes as ações de contingência;
- informar os serviços essenciais sobre a situação;
- verificar se a falha é de origem interna ou externa;
- se origem externa, comunicar, aguardar e acompanhar estabelecimento por parte da Concessionária;
- se origem interna, identificar falha, verificar causas, danos e restabelecer a instalação de forma total ou parcial;
- recuperar ou substituir os componentes afetados; e
- viabilizar a contratação em caráter emergencial de geradores.

Para aprimoramento dos processos e da gestão das possíveis situações de crise devem ser avaliadas e desenvolvidas as seguintes tarefas de acompanhamento, conforme relacionado na tabela a seguir.

Ações	Responsável
Comunicar o Pró-reitor e a Prefeitura Universitária, no caso de acidentes e interrupção de energia, deve ser imediato em até 15 minutos, e a todas as Unidades em no máximo 30 minutos	Comunidade Universitária
Receber informações sobre as situações ocorridas Buscar soluções para as situações de crise Comunicar ao reitor sobre situação	Pró-reitor da Proadi
Relatar oficialmente ao Pró-reitor da Proadi sobre as situações ocorridas	Diretores de UAS e UACS
Avaliar a extensão dos problemas ocorridos	Pró-reitor e Diretores da Proadi
Divulgar informações à comunidade universitária	Diretor da Agecom e Pró-reitor da Proadi
Elaborar relatório das situações ocorridas e soluções	Equipe da Prefeitura Universitária
Elaborar plano e divulgação para conhecimento das competências e das estratégias para o gerenciamento	Prefeitura Universitária

Ações	Responsável
Comunicar à Prefeitura Universitária sobre a interrupção de energia	UAS/UAC
Comunicar ao Pró-reitor sobre a interrupção de energia Comunicar a concessionária de energia Comunicar aos Bombeiros em caso de incêndio ou explosões Comunicar ao Samu em caso de ocorrência com vítimas graves Comunicar a Polícia civil em caso de morte Comunicar ao setor de Segurança Patrimonial da UFMS no caso de ocorrência de incêndios, explosões, vítimas graves ou morte	Prefeitura Universitária

### 12.5.2. Ações de Gerenciamento de Crises

- administrar, eliminar ou remover os impactos com os agentes afetados;
- garantir a segurança a vida das pessoas e dos profissionais envolvidos;
- minimizar transtornos sobre os desdobramentos do incidente;
- orientar a comunidade sobre a situações, e procedimentos de conduta; e
- analisar a disponibilidade de espaços físicos com suprimento de energia para a transferência das operações principais, em caráter temporário.

### 12.5.3. Ações de Recuperação de Desastres

- avaliar danos ao Sistema Elétrico e prover meios para sua recuperação;
- restabelecer o Sistema Elétrico dentro do prazo tolerável; e
- identificar as instalações, os componentes ou as redes danificadas.

## 12.6. Abastecimento de Água

A importância do sistema de abastecimento de água no funcionamento de uma empresa ou instituição é crítica e multifacetada. Assim como a energia, a água é um insumo essencial, cujas falhas podem comprometer desde o conforto dos colaboradores até a paralisação de atividades produtivas e operacionais, implicando no resultado das operações básicas de limpeza a Higiene e Saúde Ocupacional.

- Uso sanitário (banheiros, lavatórios) é fundamental para a higiene e saúde dos colaboradores.
- Garante bem-estar no ambiente de trabalho, com impacto direto na motivação e produtividade.
- Necessária para cozinhas, refeitórios, bebedouros e limpeza de ambientes.
- A ausência ou interrupção no fornecimento compromete normas sanitárias e de segurança do trabalho.
- Potencial para gerar doenças ocupacionais e contaminações.

- Água é utilizada para a limpeza de prédios, jardins, áreas comuns, sistemas de ar-condicionado, caldeiras e torres de resfriamento.

O sistema de abastecimento de água é vital para a continuidade, a saúde e a eficiência organizacional. Sua interrupção ou inadequação pode gerar impactos sanitários, legais, produtivos e reputacionais. Por isso, deve ser tratado como infraestrutura estratégica nos planos de manutenção e continuidade de negócios (PCN).

As instituições públicas ou particulares precisam de planos de contingência para lidar com: racionamentos, secas ou interrupções do fornecimento; contaminação da água; danos em redes hidráulicas internas ou externas.

### 12.6.1. Ações de Continuidade Operacional

Nas situações de crise total ou parcial, as seguintes providências deverão ser adotadas:

- acionar as equipes técnicas interna da UFMS;
- acionar as empresas de manutenção elétrica e hidráulica contratadas;
- avaliar os danos específicos de qualquer infraestrutura do sistema de água e realizar as primeiras operações de restabelecimento;
- identificada a situação, total ou parcial;
- verificar se a falha é de origem interna ou externa;
- se origem externa, comunicar e aguardar estabelecimento por parte da Concessionária;
- se origem interna, identificar falha, verificar causas, danos e restabelecer a instalação de forma total ou parcial;
- informar os serviços essenciais sobre a situação;
- se necessário, suprir de maneira emergencial o fornecimento de água (caminhão pipa); e
- realizar os serviços de manutenção.

Para aprimoramento dos processos e da gestão das possíveis situações de crise devem ser avaliadas e desenvolvidas as seguintes tarefas de acompanhamento:

Ações	Responsável
Receber informações sobre as situações ocorridas Buscar soluções para as situações de crise Comunicar ao reitor e as UAS e UACs sobre a interrupção de água nas situações de suspensão superior a um período diário (manhã ou tarde)	Pró-reitor da Proadi
Relatar oficialmente à Proadi as situações anormais ocorridas nas respectivas unidades	Diretores de unidades
Avaliar a extensão dos problemas ocorridos	Pró-reitor Responsável pela Prefeitura da UFMS

Ações	Responsável
Elaborar relatório das situações ocorridas e soluções	Responsável pela Prefeitura da UFMS
Divulgar para as equipes as ações e estratégias programadas para o gerenciamento	Prefeito da UFMS
Comunicar, a Prefeitura Universitária/secretaria sobre a interrupção de água	UAS e UACs
Comunicar ao Pró-reitor sobre a interrupção de água Comunicar ao setor de Segurança Patrimonial da UFMS no caso de ocorrência de incêndios, explosões, vítimas graves ou morte	Responsável pela Prefeitura da UFMS
Divulgar informações para comunidade interna e externa	Diretor da Agecom

### 12.6.2. Ações de Gerenciamento de Crises

- avaliar a situação e impactos sobre as unidades e adotar ações corretivas;
- verificar recursos de material, pessoal, equipamentos para imediata correção; e
- orientar a comunidade sobre a situação e tempo de recuperação.

### 12.6.3. Ações de Recuperação de Desastres

- acionar as equipes técnicas disponíveis para a realização dos serviços de manutenção corretiva;
- avaliar a necessidade de contratação de equipes externas e acionar a administração central; e
- solicitar parcerias de outras instituições e/ou concessionária de águas e esgotos da cidade para fornecer auxílio ou suporte de equipamentos, materiais e/ou equipes específicas para a resolução de problemas no sistema de abastecimento de água.

## 13. EIXO INFRAESTRUTURA

O PCN trata de situações críticas que podem impedir o funcionamento, ainda que parcial e temporário, de algumas unidades como danos à infraestrutura decorrente de desastres da natureza. A seguir são apresentadas as Unidades, Responsabilidades e Contatos dos responsáveis pela manutenção da infraestrutura na UFMS.

<b>Gestão</b>	Pró-reitoria de Administração e Infraestrutura – Proadi Prefeitura Universitária
<b>Comitê</b>	Comitê de Gestão de Espaços, Logística Sustentável, Acessibilidade e Segurança (CGELAS)
<b>Políticas, Planos e Normas</b>	Plano Integrado de Segurança contra Incêndios; Plano de Acessibilidade; Programa de Manutenção da Infraestrutura; e Manual de Segurança em Laboratório

### 13.1. Papéis e Responsabilidades

A **Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (Proadi)** é responsável por supervisionar a criação de planos e programas ligados a obras, manutenção e reavaliação de bens móveis e imóveis. Ela também planeja o desenvolvimento da infraestrutura em todas as unidades da universidade e supervisiona o plano diretor dos espaços físicos. Além disso, a Pró-Reitoria oferece apoio para a concepção de projetos, a manutenção e a eficiência das construções, e promove ações estratégicas para aprimorar o suporte operacional aos câmpus.

A **Prefeitura Universitária** da universidade gerencia de forma integrada o planejamento, a execução e a manutenção da infraestrutura física. Seu trabalho inclui coordenar obras, reformas, serviços de conservação, segurança, transporte e gestão ambiental, tudo para garantir a funcionalidade e a sustentabilidade dos espaços e serviços para a comunidade acadêmica. Ela também planeja e fiscaliza a execução de obras e revitalizações, administra a manutenção predial — como instalações elétricas e hidráulicas — para assegurar o funcionamento e a eficiência energética, e acompanha projetos e licenças ambientais, incluindo planos de segurança contra incêndios e pânico.

A **Agência de Comunicação Social e Científica (Agecom)** elabora e distribui comunicados e materiais jornalísticos de interesse público e da instituição para os veículos de comunicação, e ajuda a divulgar informações sobre a universidade. A agência também presta assessoria e apoio às unidades da universidade nas áreas de comunicação, auxilia na organização e divulgação de eventos institucionais e apoia as diversas unidades na divulgação de atividades culturais, esportivas e científicas.

A tabela a seguir apresenta a lista de contatos dos principais atores envolvidos na solução do incidente ou desastre, na eventualidade de acionamento do plano de gestão de continuidade de infraestrutura. Estes contatos referem-se às áreas envolvidas na execução dos planos de ação que complementam o plano.

Unidade	Telefone	E-mail
Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura – Proadi	3345-7053	gab.proadi@ufms.br
Prefeitura Universitária	3345-7696	prefeitura.proadi@ufms.br
Agência de Comunicação Social e Científica – Agecom	3345-7988	agecom@ufms.br

### 13.2. Análise de Impacto dos Riscos

Além das várias unidades constituída de prédios distribuídos na Cidade Universitária, localizada em Campo Grande, a UFMS está em outros municípios, na estrutura de Câmpus ou base de pesquisa, todos sujeitos a algum tipo de risco. Danos à infraestrutura podem ser decorrentes de catástrofes provocadas pela natureza ou ações externas e internas que podem afetar de forma temporária e parcial, decorrente de:

- danos físicos a prédios;
- invasão e vandalismo;
- furto de equipamentos;
- falhas estruturais não detectadas;
- inacessibilidade às instalações;
- curto-circuito/pane elétrica; e
- colapso de cobertura ou telhados.

O objetivo é quantificar o impacto de indisponibilidades em áreas como ensino, pesquisa e gestão administrativa e considerar os processos organizacionais definidos como mais críticos para a UFMS.

Risco	Impacto nas Operações	Impacto na Segurança	Impacto Financeiro
Danos físicos a prédios	Paralisação total ou parcial de atividades essenciais	Alto risco à vida e à integridade física de pessoas	Elevado (reconstrução, relocação, reparos emergenciais)
Invasão e vandalismo	Interrupção de serviços, especialmente os presenciais	Risco médio à segurança de servidores, usuários e bens	Moderado a elevado (reposição de bens, reforço de segurança)
Furto de equipamentos	Interrupção de atividades acadêmicas, administrativas e tecnológicas	Risco indireto (caso envolva equipamentos críticos à segurança, como CFTV)	Moderado (equipamentos, dados, reconfiguração de sistemas)
Falhas estruturais não detectadas	Afeta a continuidade de uso de ambientes essenciais (salas, laboratórios, setores)	Alto risco à segurança física de ocupantes	Elevado (intervenções corretivas emergenciais)
Inacessibilidade às instalações	Suspensão de atividades presenciais (aulas, atendimentos, serviços administrativos)	Baixo, mas com potencial de expor servidores a riscos externos	Baixo a moderado (transporte alternativo, perda de produtividade)
Curto-circuito/ Pane elétrica	Interrupção imediata de serviços dependentes de energia elétrica	Alto (risco de incêndio e choques elétricos)	Moderado a elevado (danos a sistemas, perdas de dados)
Colapso de cobertura ou telhados	Inutilização imediata do espaço afetado	Alto (risco de ferimentos graves ou fatais)	Elevado (reparos estruturais, substituição de mobiliário/ equipamentos)

### 13.3. Principais Ameaças – Identificação de Riscos

A infraestrutura física e predial constitui a base material essencial para o funcionamento ininterrupto da Instituição. No entanto, está sujeita a uma série de ameaças que podem comprometer significativamente a continuidade das atividades, seja de forma temporária, parcial ou total.

As ameaças à infraestrutura devem ser identificadas, monitoradas e mitigadas com estratégias de prevenção, resposta e recuperação adequadas.

A identificação, avaliação e monitoramento dessas ameaças devem orientar a formulação de planos de resposta rápida, com definição clara de responsabilidades, rotinas de evacuação, parcerias com órgãos de emergência e estratégias de recuperação.

Risco	Causa	Consequência
Danos físicos a prédios	Incêndios, desabamentos, alagamentos, tempestades, raios, falhas de manutenção	Interrupção total ou parcial das atividades, risco à vida, perda de documentos e ativos
Invasão e vandalismo	Fragilidade na segurança patrimonial, ausência de vigilância, acesso não controlado	Danos ao patrimônio, paralisação de serviços, prejuízos financeiros
Furto de equipamentos	Ausência de controle de acesso, monitoramento ineficaz, áreas vulneráveis	Prejuízos financeiros, perda de dados, interrupção de atividades operacionais
Falhas estruturais não detectadas	Falta de manutenção preventiva, envelhecimento da edificação, projetos inadequados	Riscos à integridade física de pessoas, interdições, custos elevados de reparos urgentes
Inacessibilidade às instalações	Obras públicas, bloqueios, desastres naturais (enchentes, deslizamentos, etc.)	Impossibilidade de acesso de pessoal, interrupção das atividades presenciais
Curto-circuito em instalações elétricas	Fiação antiga, sobrecarga de energia, instalação mal dimensionada	Incêndios, danos a equipamentos, risco à vida e interrupção de fornecimento de energia
Colapso de cobertura ou telhados	Ventos fortes, infiltrações, estrutura comprometida	Risco à integridade física, perda de documentos e equipamentos, necessidade de evacuação

### 13.4. Estratégias de Continuidade

A Proadi deve adotar estratégias para garantir o pleno funcionamento da infraestrutura da Instituição, por meio de adoção de planos e respectiva divulgação, capacitação dos servidores, Instituição da Brigada de incêndio.

Ações	Finalidade	Responsável
Plano Integrado de Segurança contra Incêndio, aprovado pela Resolução N° 616-CD/UFMS, de 27 de agosto de 2025	Fornecer noções gerais para proteção da vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco na UFMS, em caso de incêndio; Dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio; Proporcionar noções sobre meios de controle e extinção do princípio ao incêndio; Dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros; e Manter a ordem e a continuidade dos serviços na Instituição.	Proadi e Prefeitura Universitária

Ações	Finalidade	Responsável
Instalação de gerador	Instalação de gerador em unidades cuja interrupção pode ter forte impacto nas atividades da Unidade ou Instituição, como Agetic, Biotério Clínicas e Hospital Veterinário e laboratórios específicos.	Proadi
Instituição de Brigada de Incêndio	Atuar em ações de prevenção e de emergência	Proadi
Capacitação da área	Capacitação anual das equipes, ou a cada ciclo de novas ferramentas e ocorrência de situações de crise	Proadi
Capacitação dos servidores	Inclusão no plano de desenvolvimento de pessoas da obrigatoriedade de treinamento	Progep
Divulgação dos planos	Divulgação dos planos pela Agecom Divulgação no site da Proadi Divulgação da capacitação pela Progep	Agecom Proadi Progep

Para aprimoramento dos processos e da gestão das possíveis situações de crise devem ser avaliadas e desenvolvidas as seguintes tarefas de acompanhamento, conforme relacionado na tabela a seguir.

Ações	Responsável
Receber informações sobre as situações ocorridas Buscar soluções para as situações de crise Informar a brigada de incêndio, que é formada por grupo organizado de pessoas, voluntárias ou não, treinadas e capacitadas em prevenção e combate a incêndios e primeiros socorros, para atuação em edificações e áreas de risco	Pró-reitor da Proadi
Relatar oficialmente à Proadi as situações anormais ocorridas nas respectivas unidades Comunicar aos gestores da Proadi os desastres e consequências identificadas	Diretores de unidades
Avaliar a extensão dos problemas ocorridos	Pró-reitor Diretor Proadi
Divulgar informações a comunidade universitária e a mídia	Diretor Agecom
Elaborar relatório das situações ocorridas e soluções	Equipe Prefeitura Universitária
Elaboração do plano e divulgação para conhecimento das competências e das estratégias para o gerenciamento	Prefeitura Universitária
Avaliar os danos específicos de qualquer infraestrutura	Prefeitura Universitária
Comunicar ao Pró-reitor sobre a situação identificada Comunicar aos Bombeiros em caso de incêndio ou explosões Comunicar ao Samu em caso de ocorrência com vítimas graves Comunicar a Polícia Civil em caso de morte Comunicar ao setor de Segurança Patrimonial da UFMS no caso de ocorrência de incêndios, explosões, vítimas graves ou morte Comunicar a Brigada de Incêndio	Prefeitura Universitária

### 13.5. Ações de Continuidade Operacional

O processo de continuidade operacional tem por objetivo manter os serviços essenciais da instituição em funcionamento, ainda que parcialmente, durante a crise.

Ações:

- Mapear previamente espaços físicos alternativos dentro e fora da instituição.
- Disponibilizar equipamentos, conectividade e suporte para viabilizar trabalho remoto temporário.
- Realocar equipamentos essenciais, arquivos e acervos sensíveis para locais seguros.
- Firmar convênios com universidades parceiras ou órgãos públicos para cessão de espaços.
- Elaborar plano emergencial para manutenção mínima de serviços administrativos e acadêmicos.
- Priorizar atividades essenciais e serviços críticos (ex. vigilância, TIC, atividades acadêmicas).
- Garantir continuidade das atividades laboratoriais e de pesquisa, se afetadas.

### 13.6. Ações de Gerenciamento de Crises

O processo de administração de crises tem por objetivo agir imediatamente diante de eventos críticos, protegendo vidas, patrimônio e continuidade mínima dos serviços.

Ações:

- Ativar o Plano de Evacuação e a Brigada de Emergência institucional.
- Acionar a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a manutenção predial e a empresa de vigilância, se aplicável.
- Isolar áreas de risco ou estruturas comprometidas.
- Comunicar a comunidade acadêmica (servidores, estudantes, terceirizados) com informações claras, padronizadas e validadas.
- Acionar plano de contingência para segurança patrimonial e documental.
- Avaliar riscos estruturais com apoio técnico especializado.

### 13.7. Ações de Recuperação de Desastres

O processo de recuperação de desastres tem por objetivo restaurar as condições físicas da instituição, com segurança e aprendizado organizacional.

Ações:

- Realizar levantamento técnico e laudos periciais sobre os danos estruturais.
- Estimar custos e cronograma de recuperação, reforma ou reconstrução.

- Reavaliar e atualizar normas, manuais de segurança predial e planos de manutenção preventiva.
- Incluir cobertura de seguros patrimoniais e contratações emergenciais nos planejamentos futuros.
- Listar serviços com interrupção ou descontinuidade e planejar retorno escalonado.
- Buscar alternativas temporárias para operação de setores chave, seja em prédios da própria instituição, seja por locação externa ou parcerias.
- Reorganizar o *layout* físico dos ambientes restaurados, visando segurança, acessibilidade e funcionalidade.
- Consolidar registro documental da crise e das ações tomadas para prestação de contas e aprendizado institucional.

## 14. EIXO PESSOAS

As pessoas são fundamentais para o funcionamento de qualquer organização. Elas são o principal ativo de qualquer instituição, pois tudo o que se produz — ideias, processos, serviços e produtos — depende direta ou indiretamente da atuação humana. Os riscos decorrentes de problemas na gestão de pessoas afetam diretamente o funcionamento, a continuidade e os resultados de uma organização.

<b>Gestão</b>	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - Progep e pelas Diretorias vinculadas: Diretoria de Atenção ao Servidor Diretoria de Desenvolvimento Pessoal e Profissional Diretoria de Pagamento e Registro de Pessoal
<b>Comitê</b>	Comitê de Gestão de Pessoas, Inclusão e Ações Afirmativas – CGPIA
<b>Comissões</b>	Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD Comissão Interna de Supervisão – CIS do Plano de Carreira dos Servidores Técnico–Administrativos em Educação (PCCTAE)
<b>Políticas, Planos e Normas</b>	Plano de Desenvolvimento de Pessoas Política de Gestão de Pessoal (PGP) Programa de Assistência à Saúde Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO da UFMS Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR

### 14.1. Papéis e Responsabilidades

O **Comitê de Gestão de Pessoas, Inclusão e Ações Afirmativas (CGPIA)** orienta e analisa questões de desenvolvimento pessoal e auxilia no planejamento e nas decisões sobre a gestão de pessoas. Ele ajuda a criar e manter um banco de talentos e competências, e contribui para a formulação de políticas que garantem o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes e servidores. O comitê monitora a eficácia das ações para cumprir a legislação sobre cotas, elabora propostas de inclusão e acessibilidade, fomenta ações para pessoas com deficiência e propõe melhorias na comunicação interna.

A **Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep)** coordena, planeja e executa todas as atividades de administração e desenvolvimento de recursos humanos. Ela gerencia a implementação da política de gestão de pessoas, monitora indicadores para melhoria contínua e administra ações do Plano de Desenvolvimento de Pessoal, do Dimensionamento da Força de Trabalho e do Programa de Gestão e Desempenho. A pró-reitoria também gerencia ações de assistência, saúde laboral, qualidade de vida e diversidade, garantindo a aplicação correta da legislação trabalhista, previdenciária e tributária, e promove a transparência em suas ações.

A **Secretaria do Programa de Assistência à Saúde (Sepas/Progep)** coordena e executa as atividades administrativas do Programa de Assistência à Saúde (PAS/UFMS). Ela propõe e executa normas do programa, gerencia o orçamento, a folha de pagamento de credenciados, e os processos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço. A secretaria também cuida da adesão e exclusão de beneficiários, realiza auditorias técnicas de contas e procedimentos, e oferece suporte e atendimento aos beneficiários.

A **Diretoria de Desenvolvimento Pessoal e Profissional (Didep/Progep)** é responsável por planejar e coordenar o processo de seleção, acolhimento e desenvolvimento dos servidores. Ela coordena a implementação da política de gestão de pessoas, a realização de concursos públicos e processos seletivos. Também gerencia a admissão de servidores, o banco de talentos, a capacitação, a avaliação de desempenho, o Plano de Desenvolvimento de Pessoal e as movimentações de pessoal.

A **Diretoria de Atenção ao Servidor (Dias/Progep)** coordena o Programa de Assistência à Saúde e outras ações de assistência aos servidores. Ela implementa políticas de promoção da saúde, qualidade de vida, segurança no trabalho e ações afirmativas. A diretoria coordena exames periódicos, perícias, processos de adicionais ocupacionais e monitora a saúde laboral dos servidores.

A **Secretaria de Qualidade de Vida no Trabalho (SEQV/Dias/Progep)** implementa políticas de prevenção e promoção da saúde ocupacional. Ela executa campanhas de bem-estar, ações afirmativas para inclusão e acessibilidade, e oferece suporte a servidores com deficiência ou em situação de vulnerabilidade. A secretaria colabora com capacitações, palestras e *workshops*, firma parcerias para descontos em serviços e monitora indicadores de saúde laboral e absenteísmo para propor intervenções.

A **Diretoria de Pagamento e Registro de Pessoal (Dipag/Progep)** coordena os processos de folha de pagamento, aposentadoria, pensão e registro funcional. Ela fornece orientações sobre a legislação trabalhista e previdenciária, e sobre o uso do sistema SouGov. A diretoria também propõe atos administrativos para a concessão de benefícios, controla o acúmulo de cargos públicos e o teto salarial, além de coordenar os registros no sistema e-social.

A **Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (Proadi)** supervisiona e coordena atividades de gestão de materiais, patrimônio, contratos e obras, com foco em sustentabilidade. Ela acompanha a segurança física, serviços gerais, manutenção de espaços, logística e o gerenciamento de resíduos. A pró-reitoria também promove ações para melhorar o apoio operacional em todos os câmpus.

A **Agência de Comunicação Social e Científica (Agecom)** planeja, organiza e executa a comunicação institucional e científica. Ela elabora e distribui materiais jornalísticos para a mídia, presta assessoria para as unidades da universidade e apoia a organização e divulgação de eventos institucionais, culturais, esportivos e científicos.

A tabela a seguir apresenta a lista de contatos dos principais atores envolvidos na solução do incidente ou desastre, na eventualidade de acionamento do plano de gestão de continuidade de pessoas. Estes contatos referem-se às áreas envolvidas na execução dos planos de ação que complementam o plano.

Unidade	Telefone	E-mail
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	3345-7228	gab.progep@ufms.br
Diretoria de Desenvolvimento Pessoal e Profissional	3345-7939	didep.progep@ufms.br
Diretoria de Atenção Ao Servidor	3345-7120	diaserv.progep@ufms.br
Secretaria de Assistência à Saúde – Seas/Dias/Progep	3345-7122	seas.progep@ufms.br
Secretaria de Qualidade de Vida no Trabalho – SEQV/Dias/Progep	3345-7078 3345-7079	seqv.progep@ufms.br
Diretoria de Pagamento e Registro de Pessoal	3345-7067 3345-7620	dipag.progep@ufms.br
Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura – Proadi	3345-7053	gab.proadi@ufms.br
Agência De Comunicação Social e Científica – Agecom	3345-7988	agecom@ufms.br

Nas ocorrências nos campi os contatos deverão ser feitos inicialmente com os responsáveis indicados ao final deste documento.

## 14.2. Análise de Impacto dos Riscos

O papel da Progep na gestão de pessoas é fundamental para o funcionamento da Instituição. Os problemas que podem ocorrer, tanto de forma direta ou indireta podem acarretar consequências e fortes impactos no funcionamento da Instituição, como:

- Paralisação ou atraso em serviços essenciais, causando impactos diretos no cumprimento da missão institucional.
- Aumento de custos com contratações emergenciais.
- Perda de capital humano estratégico, comprometendo projetos de longo prazo.
- Prejuízo à imagem institucional, especialmente em casos de greves ou denúncias públicas.
- Queda de produtividade e qualidade, afetando resultados e indicadores de desempenho.
- Fragilidade no cumprimento de obrigações legais e normativas, sujeitando a Instituição a sanções administrativas e judiciais.

Área de Impacto	Cenário de Risco	Impacto Potencial	Criticidade
Continuidade Operacional	Ausência de colaboradores-chave (por doenças, acidentes, greves)	Paralisação de atividades críticas, atraso em projetos estratégicos, queda no atendimento ao público	Alta
Produtividade	Desmotivação, clima organizacional ruim ou alta rotatividade	Redução na qualidade dos serviços/produtos, retrabalho, aumento de erros operacionais	Alta
Imagem e Reputação	Greves, conflitos internos ou denúncias trabalhistas	Perda de credibilidade junto a clientes, usuários e órgãos de controle	Média/Alta
Custos Operacionais	Turnover elevado ou afastamentos frequentes	Aumento de custos com recrutamento, treinamentos emergenciais e contratações temporárias	Média
Inovação e Conhecimento	Perda de talentos ou falta de sucessão para cargos estratégicos	Redução da capacidade de inovação, perda de conhecimento institucional e risco de descontinuidade de projetos	Alta
Conformidade Legal	Não conformidade com normas trabalhistas ou previdenciárias	Multas, ações judiciais, interdição de setores e impacto financeiro	Alta
Saúde e Segurança	Problemas de saúde ocupacional e emocional	Afastamentos prolongados, queda de produtividade e aumento do absenteísmo	Média/Alta
Atendimento ao Cliente/Usuário	Falta de equipes suficientes ou capacitadas	Atrasos, mau atendimento e impacto na experiência do cliente/usuário	Alta

### 14.3. Principais Ameaças – Identificação de Riscos

Os riscos são inerentes ao processo de gestão. Na gestão de pessoas os riscos podem acontecer de forma imediata ou decorrente de situações que são geradas ao longo do tempo e que precisam ser mitigadas para garantir o funcionamento da Instituição.

Risco	Causa	Consequência
Afastamento em massa por doenças, epidemias ou greves	Surto de doenças infecciosas (ex: COVID-19, dengue) Condições sanitárias inadequadas Reivindicações sindicais ou trabalhistas não atendidas Falta de políticas de prevenção e saúde no trabalho	Interrupção de atividades acadêmicas e administrativas Redução da produtividade Prejuízos à prestação de serviços essenciais Sobrecarga dos servidores em exercício Impacto na imagem institucional
Crises de segurança (ameaças internas ou externas)	Conflitos internos entre servidores ou alunos Presença de indivíduos armados Falta de controle de acesso Ausência de protocolos de segurança física	Risco à integridade física de pessoas Suspensão imediata das atividades Pânico e insegurança no ambiente institucional Necessidade de acionar forças policiais Danos à reputação da instituição

Risco	Causa	Consequência
Paralisação de serviços externos (transporte coletivo, segurança pública, entre outros)	Greves no setor de transporte urbano/intermunicipal Falta de policiamento ou colapso da segurança pública Crises econômicas ou políticas regionais	Comprometimento da assiduidade de servidores e estudantes Redução do atendimento ao público Necessidade de adaptação de horários ou atividades remotas Atrasos no calendário acadêmico
Ocupação da instituição (por ataques coletivos ou individuais)	Manifestações sociais ou estudantis Invasões por movimentos organizados Atos de vandalismo ou terrorismo Falhas na segurança institucional	Suspensão das atividades por tempo indeterminado Danos ao patrimônio físico e documental Intervenção de órgãos de segurança e justiça Alto impacto na imagem institucional
Outros riscos correlatos (ex: ameaças anônimas, violência urbana nas proximidades)	Ameaças virtuais ou físicas Boatos ou informações falsas gerando pânico	Afastamento preventivo de servidores Cancelamento de atividades presenciais Elevação dos custos com segurança Prejuízo à sensação de pertencimento e segurança no ambiente acadêmico

#### 14.4. Estratégias de Continuidade

A Progep deve adotar estratégias para garantir a otimização da gestão de pessoas e o funcionamento da Instituição, por meio de adoção de planos e respectiva divulgação e capacitação dos servidores.

Ações	Finalidade	Responsável
Monitoramento dos dados de saúde internacional e regional	Acompanhamento dos indicadores divulgados pela OMS, pelo Ministério da Saúde e pelo Governo do Estado	CGI
Aprimoramento de monitoramento de segurança eletrônico e presencial	Aprimoramento de sistema de segurança com implantação de reconhecimento facial, de placas de veículos, de sistema de pânico	Prefeitura Universitária Agetic
Implantação do Sistema Eletrônico – SEI	Criação e tramitação de todos os processos digitais na UFMS	Agecom Agetic
Implantação de sistemas de gestão administrativa e acadêmica	Oportunizar a continuidade de todos os serviços da UFMS	Agetic
Manutenção de plataforma para ensino digital	Oportunizar a continuidade das atividades de ensino pelo AVA, Gsuite Google ou outras plataformas similares adotadas pela Universidade	Agead Agetic
Uso de canais de comunicação oficiais	(intranet, e-mail institucional, aplicativo SouGov, redes sociais da UFMS) como estratégia de mitigação de <i>fake news</i> em momentos de instabilidade	Agecom
Capacitação da área	Capacitação anual das equipes, ou a cada ciclo de novas ferramentas e ocorrência de situações de crise	Progep Prograd Propp

## 14.5. Ações de Continuidade Operacional

Para o aprimoramento dos processos e da gestão das possíveis situações de crise devem ser avaliadas e desenvolvidas tarefas de acompanhamento institucional. O objetivo é garantir o funcionamento essencial da instituição diante de riscos à saúde, segurança ou paralisações.

Ações:

- Avaliar e mitigar riscos à segurança institucional e pessoal.
- Implantar plano emergencial de abastecimento (água, alimentação, EPIs).
- Atuar diante de riscos à saúde (epidemias, pandemias).
- Procedimentos para paralisação parcial ou total dos servidores.
- Avaliação da iminência de interrupção de atividades acadêmicas.
- Ações emergenciais voltadas aos estudantes em situação de risco.
- Mobilizar estratégias de comunicação interna com equipes.

Ações	Responsável
Receber informações sobre as situações ocorridas Buscar soluções para as situações de crise Definir e montar central de crises em local seguro	Diretor da Agetic
Relatar oficialmente ao Diretor de TIC as situações anormais ocorridas	Diretores de UAS e UACs
Avaliar a extensão dos problemas ocorridos	Diretores da Agetic
Receber informações sobre as situações ocorridas, no prazo de até 15 minutos	Reitor
Receber informações sobre as situações ocorridas buscar soluções para as situações de crise Comunicar ao reitor sobre a situação	Pró-reitor da Progep, Proaes e/ou Proadi, de acordo com a situação
Relatar oficialmente a Progep e /ou Proadi às situações ocorridas	UAS/UACS
Avaliar a extensão dos problemas ocorridos	Pró-reitor da Progep e/ou Proadi Prograd/ Propp/ Proaes, de acordo com a situação
Assessorar divulgação de informações a comunidade universitária e a mídia	Diretor da Agecom
No caso de paralisação das atividades do servidores, deve ser comunicado ao reitor com antecipação de 24 horas ou dois dias úteis	Sindicatos e associações
Em caso de ocorrência de crime, acionar Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal, de acordo com âmbito de atuação	Proadi

Ações	Responsável
Comunicar aos Bombeiros em caso de incêndio ou explosões Comunicar ao SAMU em caso de ocorrência com vítimas graves Comunicar a Polícia Civil em caso de morte Comunicar ao setor de Segurança Patrimonial da UFMS no caso de ocorrência de incêndios, explosões, vítimas graves ou morte Comunicar a Brigada de Incêndio	Proadi
Central de sugestões, informações e críticas sobre a situação ocorrida	Ouvidoria

## 14.6. Ações de Gerenciamento de Crises

A Administração de desastres e crises tem por objetivo coordenar a resposta imediata à crise e proteger vidas, com ações voltadas para:

- Minimizar impactos e transtornos institucionais.
- Instituir Comitê de Crise específico.
- Orientar toda a comunidade sobre procedimentos e protocolos de conduta.
- Garantir segurança física e emocional dos servidores e estudantes.
- Assegurar continuidade acadêmica (mesmo que parcial ou remota).
- Acionar canais emergenciais de comunicação.

## 14.7. Ações de Recuperação de Desastres

O plano de recuperação de desastres tem por objetivo recuperar plenamente as condições de trabalho e aprendizagem, com foco no bem-estar e produtividade, com ações voltadas para:

- Reintegração progressiva das equipes após crise.
- Revisão das políticas de gestão de pessoas à luz da experiência da crise.
- Capacitações específicas (resiliência, gestão emocional, primeiros socorros).
- Atualização do mapeamento de competências críticas e planos de sucessão.
- Monitoramento de setores com atividades descontinuadas.
- Migração temporária de setores para teletrabalho, quando viável.
- Aplicação de orientações do Sipec para situações de greve ou paralisação.
- Apoio técnico e emocional aos servidores no retorno.
- Criação de rede de apoio psicossocial aos servidores e discentes.
- Monitoramento de recuperação das atividades acadêmicas (Prograd, Propp, Proece).
- Realização de apuração de responsabilidades, quando aplicável.

## 15. REFERÊNCIAS

Gestão de continuidade no serviço público, Universidade de Brasília , Desenvolvido em atendimento ao plano de trabalho do Programa de Formação de Especialistas para a Elaboração da Metodologia Brasileira de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações – CEGSIC 2009-2011.

ABNT NBR 15999-1:2007 (ABNT, 2007) recomenda que o PCN inclua uma lista estruturada de ações e tarefas em ordem de prioridade

ABNT NBR 15999-2:2008 estabelece requisitos para implantação de um sistema de gestão da continuidade de negócios (SGCN).

ABNT NBR 15.999- 2:2008 (ABNT, 2008a) estabelece os requisitos de um SGCN, relacionados a 1 – planejamento; 2 – implementação e operação; 3 – monitoramento e revisão; 4 – manutenção e melhoria do SGCN;

Acórdão nº 1603/2008 - Tribunal de Contas da União – TCU

Norma Complementar nº 06/IN 01/DSIC/GSIPR, que estabelece diretrizes para gestão de continuidade de negócios, no que tange à segurança da informação e comunicações nos órgãos e entidades da APF.

Referencial básico de governança organizacional, para organizações públicas”; Capítulo 5. Práticas de Governança, (3 edição, 2020) publicado pelo Tribunal de Contas da União

Planejamento Estratégico Institucional no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Resolução N° 354-COUN/UFMS, DE 22 DE AGOSTO DE 2024.

Plano de Continuidade de Negócios, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Novembro de 2024

Sistema de Governança Institucional da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Resolução N° 400-COUN/UFMS, DE 21 DE MARÇO DE 2025.

## ANEXOS

### Ocorrências nos Câmpus

Os contatos iniciais nas situações ocorridas nos Câmpus deverão ser realizados conforme indicado a seguir:

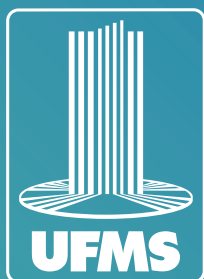
<b>UFMS de Aquidauana – CPAq</b>	Direção: (67) 3241-0405 – Ramal 2405 Sec da Direção: (67) 3241-0410 – Ramal 2410 COAD: (67) 3241-0440 e (67) 3241- 0406 - Ramais – 2440, 2406, 2407, 2408 e 2403	gab.cpaq@ufms.br coad.cpaq@ufms.br
<b>UFMS de Chapadão do Sul – CPCS</b>	Direção: (67) 3562-6313 SECAD: (67) 3562-6303/6312, (67) 3562-6341 ou (67) 3562-6303	gab.cpcs@ufms.br secad.cpcs@ufms.br
<b>UFMS do Pantanal – CPan</b>	Direção: (67) 3234-6810 Sec da Direção: (67) 3234-6813 e (67) 3234-6889 COAD: (67) 3234-6814 e (67) 3234-6806	gab.cpan@ufms.br secdir.cpan@ufms.br coad.cpan@ufms.br
<b>UFMS de Coxim – CPCX</b>	Direção: (67) 3291-2201 – Ramal 2201 SAD: (67) 3291-2218 e (67) 3291-0217 ou (67) 99617-4776 – Ramais 2216 e 2217	gab.cpcx@ufms.br sad.cpcx@ufms.br
<b>UFMS de Naviraí – CPNV</b>	Direção: (67) 3409-3410 - Ramal 1410 SECAD: (67) 3409-3405 e (67) 3409-3401 ou Ramais 1405 e 1401	gab.cpnv@ufms.br secad.cpn@ufms.br
<b>UFMS de Nova Andradina – CPNA</b>	Direção: (67) 3449-0503 – Ramal 2503 Sec da Direção: (67) 3449-0501 e (67) 3449-0502 – Ramais 2501 e 2502 SECAD: (67) 3449 - 0527	gab.cpna@ufms.br secad.cpna@ufms.br
<b>UFMS de Paranaíba – CPar</b>	Gab da Direção: (67) 3669-0102 - Ramal: 2102 Sec Direção: (67) 3669-0105 - Ramal: 2105 SECAD: (67) 3669-0135 – Ramal:2135	gab.cpar@ufms.br secad.cpar@ufms.br
<b>UFMS de Ponta Porã – CPPP</b>	Direção: (67) 3437-1704 ou (67) 99118-6006 COAD: (67) 3437-1709/1708/1706	gab.cppp@ufms.br secad.cppp@ufms.br
<b>UFMS de Três Lagoas – CPTL</b>	Direção: (67) 3509-3750/3790 COAD: (67) 3509-3740/3721 ou (67) 99252-7612	gab.cptl@ufms.br coad.cptl@ufms.br
<b>Base de Estudos do Pantanal</b>	(67) 3345 7900/ 7901	selab.propp@ufms
<b>Base de Estudos de Bonito</b>	(67) 3345-5410/ 5411	selab.propp@ufms
<b>Fazenda Escola</b>	Terenos (67) 3246-7216 Coordenação (67)3345 3605	cofe.famez@ufms.br

Caberá aos gestores as providências necessárias observando o presente Plano.

## Informações e Telefones

Entidade	Contato
Polícia Militar	190
SAMU	192
Corpo de Bombeiros	193
Polícia Civil	197
Defesa Civil	199
Polícia Federal	194

— ★ ★ ★ ★ ★ —  
**UFMS**  
**É 10!**  
— ★ ★ ★ ★ ★ —  
**NOTA MÁXIMA NO MEC**



[www.ufms.br](http://www.ufms.br)



[/ufmsbr](https://www.facebook.com/ufmsbr)



[@ufmsoficial](https://www.instagram.com/ufmsoficial)



Educativa UFMS



[/school/ufms](https://www.linkedin.com/school/ufms)



[/tvufms](https://www.youtube.com/tvufms)